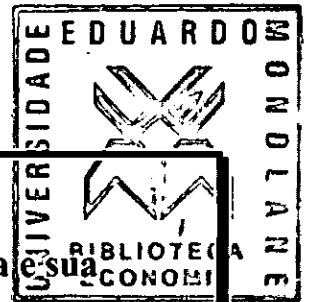


ECO
144

ECO - 144



**Análise Crítica da Iniciativa NEPAD no âmbito da agricultura
Aplicabilidade em Moçambique**

Ernesto da Silva Samo

Maputo, Agosto de 2004

Trabalho de Licenciatura em Economia

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Economia

U. E. M. - ECONOMIA	
R. E.	29.271
DATA	21 / 01 / 05
ACQUISICAO	oferta
COTA	

Declaração do Autor e Aprovação do Júri

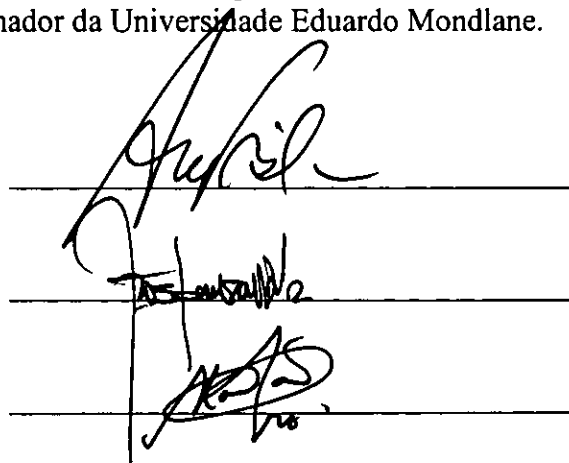
Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação.

Esta é a primeira vez que submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Ernesto da Silva Samó

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado no dia 27 de AGOSTO de 2004 por nós, júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.



Dedicatória

Dedico o presente trabalho de licenciatura aos meus pais (João Samo e Lúcia Ibraimo) que pela sua enorme paciência tiveram a ousadia de me aconselhar sobre os riscos da não dedicação aos estudos, desde a escola primária até hoje, para além dos seus acolhimentos nos momentos de crises quer seja moral, quer seja financeira tal como a crise aguda de Moçambique que serviu de inspiração para a análise da aplicabilidade das políticas da iniciativa NEPAD.

Agradecimentos

Expresso os meus sinceros agradecimentos ao Dr. Manoela Sylvestre que, apesar de ter uma agenda muito preenchida e outros compromissos, dedicou parte considerável do seu tempo e esforços ao supervisionamento do presente trabalho de licenciatura.

Estou grato pelas orientações técnicas, ideias inovadoras e aconselhamento do jovem Ermelindo Venâncio Miguel. A Sra Inocência Muzime também desempenhou um papel crucial durante o período de produção deste trabalho e a sua participação foi realmente fundamental na organização da minha morada e certos comportamentos ambientes que moldaram a minha personalidade, criando mais seriedade e responsabilidade. Agradeço o apoio logístico da Nádia dos Anjos Samo (sobrinha) e Álvaro João de Deus Samo (irmão).

A todos que contribuíram para a minha formação no curso de licenciatura em economia vão os meus agradecimentos, especialmente aos docentes da faculdade (pela sua dedicação na transmissão dos conhecimentos) e colegas (pelos estudos colectivos e outros auxílios de carácter material);

Agradeço também profundamente à um grande número de pessoas e instituições que revelaram um interesse enorme na preparação deste trabalho. Ele é também tributo tanto das suas contribuições como das suas inspirações. Não procuram aqui ser individualmente referidos pelos seus valiosos contributos, mas felizmente cada um poderá reconhecer a sua contribuição individual ao longo dos pontos de vista expressos neste trabalho.

Para finalizar, reconheço aos especialistas que escreveram sobre vários aspectos da dinâmica política, económica e social de África no geral e de Moçambique em particular, e espero que lhes tenha sido concedido suficiente tributo registando as suas contribuições nas páginas referentes à bibliografia.

Resumo

O corpo do presente trabalho não pode e nem pretende oferecer um modelo completo, acabado de desenvolvimento. O seu objectivo é contribuir para uma análise crítica das opções de desenvolvimento da NEPAD, sobretudo no âmbito da agricultura, os problemas, de modo a permitir identificar os factores que constroem ou promovem o desenvolvimento sócio-económico. Na essência, esse trabalho pretende oferecer uma abordagem alternativa dos problemas fundamentais da estrutura económica de Moçambique na perspectiva do seu desenvolvimento, em vez de uma solução única, linear e rápida.

A estratégia de desenvolvimento da NEPAD é bem vinda para Moçambique sob o ponto de vista de benefícios que se podem colher se esta for implementada com sucesso. Por detrás da implementação dos programas contidos nas áreas primárias de acção no âmbito da agricultura, muitos obstáculos existem derivados dos constrangimentos estruturais e de longo prazo de que o país enferma, e que estes precisam de ser resolvidos logo à partida e não serem relegados para o segundo plano pois são tidos como problemas fundamentais da economia.

Esses problemas tiveram origem nas políticas seguidas após a independência. Tais políticas tiveram um impacto diversificado sobre o meio rural. As políticas alicerçadas na administração de todos os mercados e a tentativa de imposição de formas de organização da vida e de produção desajustadas da tradição e das capacidades existentes, resultaram na desarticulação e retrocesso da integração da economia rural na economia global. Estes factos podem afectar de certa forma as áreas prioritárias de acção da NEPAD, nos exemplos que se seguem:

A primeira área de acção refere-se a gestão sustentável da terra e o controlo dos cursos de água, a qual adianta que por haver deficiência de pluviosidade em alguns lugares, é necessário aumentar as áreas de cultivo usando o sistema de irrigação. Esta ideia é positiva, mas Moçambique detém de problemas sérios que deviam ter uma atenção especial, nomeadamente:

- a) a qualidade da terra como o principal meio de produção é escassa;

- b) Moçambique possui 36 milhões de hectares de terras aráveis, e somente são cultivadas 13,8%, o que indica mau aproveitamento;
- c) Há problemas de distribuição, direito de posse e uso da terra;
- d) Há grande competição entre os empresários estrangeiros ou nacionais e os camponeses individualmente. Com o fim da guerra em 1992, muitos camponeses perdem terras que detinham antes da guerra, porque não conseguiram beneficiar de mecanismos eficientes de registo, controle e demarcação de propriedades e os maiores produtores tiveram que ocupar terras e protegê-las através do registo formal do direito de posse e uso;
- e) Há burocracia na concessão dos títulos de propriedade de terra, o que cria transtornos aos requerentes. As origens deste problema prendem-se com a escassez de técnicos para a demarcação dos terrenos, descordenação dos programas de investimento, criando problemas entre os camponeses e certas instituições com programas de investimento que querem ocupar terras;
- f) Há problema da protecção da qualidade do solo contra a erosão, salinização, redução da fertilidade;
- g) Há problemas de uso e abuso de métodos inadequados de cultivo e exploração de terras, o que reduz o rendimento agrícola;
- h) Há uma dispersão e fragmentação na gestão dos recursos hídricos. A irrigação que devia ser um dos atenuantes dos resultados da seca ainda é insignificante- 15%. O subsector de irrigação em Moçambique padece de problemas de desempenho. A irrigação não cumpre cabalmente com o seu papel económico de factor multiplicador da agricultura. Há muitos erros técnicos de análise de viabilidade económica que conduzem a tomada de decisões de investimento; erros de concepção e construção ligados às decisões de investimento; erros de organização de um quadro institucional adequado; incapacidade do Estado na definição de estratégias e organização de instituições para a direcção e gestão das actividades de irrigação.

A segunda área de acção refere-se ao melhoramento das infraestruturas rurais e do mercado. Esta ideia é bem vinda pois, actualmente existem obstaculos afectando tanto os mercados como as infraestruturas em África. Para o caso específico de Moçambique, isso requer um melhoramento adequado, porque os mercados domésticos para bens de consumo e investimento são em geral muito pequenos e em alguns casos fragmentados devido:

- Ao baixo nível de actividade económica e de investimento. O sector produtivo depende muito das importações, enfrenta problemas estruturais tais como tecnológicos, organizativos, de infraestruturas, etc, o que impede a resposta eficiente aos incentivos para a exportação. Outros problemas estão relacionados com as dificuldades de escoamento e comercializacao dos produtos, preços baixos, fraca prontidão de resposta às calamidades naturais e insuficientes serviços de extensão rural. Portanto, o sector produtivo necessita de realizar um investimento básico, mas os limites de crédito e altas taxas de juro nominais, tornam o capital demasiado caro para aquilo que são as capacidades dos produtores. Esta situação pode agravar na medida em que, a política fiscal tendo como objectivo criar um equilibrio entre as receitas e despesas penaliza severamente o sector produtivo formal através das altas taxas que cobra;
- Fracas relações inter sectoriais;
- Grande diferenciação social e regional da produção e alocação dos recursos, e este facto cria uma distorção nos padrões de consumo e de produção relativamente às capacidades nacionais;
- Baixo nível de rendimento agregado;
- A estrategia de acumulação de capital que requer a manutenção da produção ligada ao auto consumo.

A terceira área de acção aborda acerca do aumento da oferta de alimentos e a redução da fome e pobreza.

Nela, a NEPAD programa a ajuda alimentar de emergência, criação de redes de segurança.

Mas, a ajuda alimentar concedida por vezes com um grande nível de desprogramação e descoordenação, pode contribuir para a depreciação dos termos de troca dos produtos agrícolas.

A ultima área está assente na pesquisa agrária, disseminação da tecnologia e sua adopção aponta para ganhos acelerados da produtividade. No entanto, dadas as condições apontadas anteriormente este processo poderá enfrentar obstáculos a curto prazo, talvez à longo prazo a situação melhore com a criação de capacidades tecnológicas, humanas e institucionais.

A análise para o presente trabalho, parte do pressuposto de que a política doméstica bem como a estrutura do país são factores importantes para o sucesso das políticas. Se esses factores não são tomados em conta logo à partida, a política de desenvolvimento pode fracassar.

Índice

Declaração do autor.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Índice.....	ix
Lista das Tabelas.....	x
Lista de Figuras.....	xi
Lista dos anexos.....	xii
Lista das abreviaturas.....	xiii
Introdução.....	1
Enquadramento Teórico.....	3
NEPAD e o suas características.....	9
Diferença entre a NEPAD e outras estratégias de desenvolvimento.....	11
Parcerias.....	12
Visão Geral da NEPAD.....	13
Os propósitos da NEPAD.....	14
Objectivos Gerais da NEPAD.....	15
O Contexto da agricultura segundo a política da NEPAD.....	15
Análise Crítica das das áreas prioritárias de acção da NEPAD no âmbito da agricultura e sua aplicabilidade em Moçambique.....	17
Conclusões.....	44
Recomendações.....	46
Referências Bibliográficas.....	48
Anexo 1.....	50

Lista das tabelas

Tabela 1: A Terra em Moçambique e sua utilização.....	19
Tabela 2: Possível cenário acerca dos recursos financeiros para a agricultura no âmbito da NEPAD.....	38
Tabela 3: Estimativa grossa do investimento por recurso.....	38
Tabela 4 :Áreas prioritárias de acção e investimentos estimados.....	39

Lista das Figuras

- Figura 1: Fluxo de fundos correntes para a pesquisa e serviços de extensão.....40
- Figura 2: Fluxo de capitalização de novos fundos para a pesquisa e serviços.....42

Lista dos Anexos

Anexo1: Outros factores que influenciam a agricultura em Moçambique.....49

Lista das abreviaturas

Agríc.	Agrícola
Assist.	Assistência
CAADP	Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (Programa Alargado de Desenvolvimento de Agricultura em África)
Concess.	Concessional
DNA	Direcção Nacional das Águas
Domést.	Doméstico
Emprést.	Empréstimo
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Ges	Grandes Empresas
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
Imed.	Imediato
Invest.	Investimento
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAP	Millenar African Patnership (Parceria Milenar para a Recuperação de África)
MICOA	Ministério para a Cordenação da acção Ambiental
MPF	Ministério de Plano e Financas
NAI	New African Initiative (Nova Iniciativa Africana)
NEPAD	New Patnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimnto de África)
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAEI	Política Agrária e Estratégica de Implementação
PMA	Programa Mundial para Alimentação
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PRE	Programa de Reabilitação Económica

Púb.	Público
P/	Para
Rec.	Recurso
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
Semoc	Sementes de Moçambique
Tot.	Total
UE	União Europeia

I. Introdução

A NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) é um programa da União Africana desenvolvido pelos líderes africanos tomando em conta a parceria entre os países africanos, e que o objectivo centraliza-se no desenvolvimento sustentável do continente. A parceria também engloba parceiros de outros lugares diferentes de África com a finalidade de criar a paz, estabilidade, democracia, boa gestão económica e desenvolvimento para o povo africano. Esta situação mostra uma nova dinâmica para o desenvolvimento do continente, através da redução dos fossos existentes nos sectores prioritários e permitir que o continente africano alcance os níveis de desenvolvimento atingidos nos países desenvolvidos.

A NEPAD, centraliza os programas de desenvolvimento na Agricultura, desenvolvimento humano com foco na Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Energia e, Transportes, Infra-estruturas, Indústria e, Turismo e Ambiente.

Moçambique é um país africano que, está apostado em levar à cabo a estratégia de desenvolvimento da NEPAD para sair da crise económica que atravessa.

Dado que os programas da NEPAD são vastos, o presente trabalho tem como ponto central de análise a agricultura, partindo do princípio de que, economias de muitos países africanos podem não desenvolver sem o rápido crescimento da agricultura Para este sector de actividade, a NEPAD, prioriza quatro áreas de acção, e que as considera de "base de melhoramento imediato da agricultura africana, segurança alimentar e balança comercial".

O interesse pelo tema resulta do facto de se constatar que muitos programas descritos relativamente às áreas primárias de acção no âmbito da agricultura, dificilmente se ajustam às características da economia de Moçambique, pois associado aos problemas estruturais e de longo prazo existentes, está a crise económica que é muito aguda e as necessidades básicas a satisfazer são tantas, numa circunstância em que os recursos disponíveis são poucos.

Sendo assim, o objectivo central deste trabalho é o de fazer uma abordagem crítica das áreas primárias de acção (no âmbito da agricultura) em relação ao desenvolvimento económico de Moçambique. Pretende-se no presente trabalho analisar a aplicabilidade da política económica agrária da NEPAD, dentro das características económicas que Moçambique actualmente apresenta e, fornecer soluções alternativas para os constrangimentos existentes porque, não se pode deixar os problemas principais da economia para o segundo plano por razões conjunturais de uma crise que gera problemas urgentes. Problemas urgentes sempre haverá, e poderão ser cada vez mais graves enquanto persistir a crise da economia e a crise persistirá enquanto não se resolver os problemas principais.

Espera-se que o conteúdo do tema sirva de um alerta e reflexão aos fazedores de políticas para Moçambique, no processo da sua formulação e implementação de forma coerente aos objectivos pré-determinados pois, a definição do desenvolvimento como por exemplo "construção de infra-estruturas" descrita na segunda área de acção, pode reflectir uma compreensão muito superficial de um problema: atingindo apenas um efeito e não as causas.

Portanto, analisar as causas e não o efeito de um problema, pode evitar erros clássicos estruturalistas, como por exemplo, fazer investimento na capacidade produtiva como se isso em pudesse gerar desenvolvimento; ou erros clássicos neoliberais como por exemplo, optar pela liberalização e estabilização, mesmo a custa da estabilidade quando a base institucional não se liberaliza). Além disso, analisar as causas e não o efeito, permite identificar as variáveis principais do processo económico e de transição numa economia concreta e as relações que se estabelecem entre essas variáveis, ao mesmo tempo que pode interligar diferentes aspectos do processo de desenvolvimento com muita eficiência.

O presente trabalho está dividido em seis secções.

A primeira secção está relacionada com a introdução, onde se mostra o contexto geral do problema em análise para além da própria estrutura do trabalho.

A segunda secção relaciona-se com o enquadramento teórico do problema em análise. Nela, faz-se a abordagem das teorias relacionadas com a formulação e implementação de uma política económica, são os casos das correntes ortodoxa e heterodoxa; e um breve historial acerca das estratégias de desenvolvimento levadas à cabo por Moçambique antes da sua integração na NEPAD e as razões da sua integração. Esta secção surge para ajudar a compreender acerca dos obstáculos que a implementação da política da NEPAD pode encontrar.

A terceira secção, mostra o processo de surgimento da iniciativa NEPAD, sua visão geral, sua diferença com as anteriores estratégias de desenvolvimento adoptadas por Moçambique, objectivos, o contexto da agricultura e pressupostos para o desenvolvimento. A quarta secção, aborda questões relacionadas com os programas contidos nas áreas primárias de acção da NEPAD no contexto da agricultura e a sua aplicabilidade em Moçambique.

A quinta secção mostra as conclusões gerais.

E a última secção foi essencialmente reservada para as as recomendações de política relacionadas com o problema anteriormente analisado. A introdução desta secção tem em vista ajudar aos implementadores da política da NEPAD ou outra estratégia de desenvolvimento a tomar certas medidas correctivas.

Como metodologia de pesquisa, faz-se uso de referências bibliográficas, tais como, relatórios nacionais de desenvolvimento humano editados pelo PNUD; anuários estatísticos editados pelo INE; dentre outros manuais que versam sobre o desenvolvimento económico quer seja de Moçambique, (já editados pelo MPF, MADER, etc), quer seja internacional, exemplo prático disso, são as brochuras já editadas pelas entidades ligadas à NEPAD.

II. Enquadramento Teórico

A NEPAD é uma política económica voltada para o desenvolvimento do continente africano.

Um aspecto importante em política económica é, sem dúvida o conjunto de objectivos que com ela se pretendem alcançar. Segundo Wuyts (1992:23) os economistas neoclássicos ortodoxos, consideram que os objectivos de política económica são um dado adquirido, não

discutem portanto, a sua proveniência. Portanto, para os ortodoxos praticamente não existe espaço para a formulação da política económica (ou seja, a sua formulação não constitui um problema), os problemas apenas podem surgir no processo de implementação, derivados por falta de capacidades por parte do Estado. O Estado só pode intervir para manter a estabilidade da economia, e a sua política deve ser reforçada com medidas de privatização e liberalização.

Por outro lado segundo Evans (1985:15), está o grupo de economistas heterodoxos, para quem os objectivos de política económica não são um dado, mas sim resultam de pressões e negociações dos diferentes grupos de interesse na sociedade. Assim, a formulação da política económica já constitui um problema, pois é necessário que os objectivos a serem definidos reflectam as pressões e intenções dos diferentes agentes na economia.

Ao contrário do pensamento ortodoxo, para quem o mercado promove eficientemente a coerência e coordenação entre agentes e entre políticas, e para quem os agentes são autónomos, e as ligações automáticas, os heterodoxos defendem que o mercado só por si não é capaz de trazer soluções eficientes, ou seja, a coordenação e coerência entre as políticas (e dentro delas), e entre os agentes constitui um problema que deve ser levado em conta no processo de formulação da política económica, pois nem os agentes são autónomos (existe uma interacção entre eles) e nem as ligações são automáticas.

Políticas económicas por diversas razões, nem sempre são eficientes e nem eficazes, ou seja, elas podem falhar.

Para o caso concreto de Moçambique desde o ano de 1975 até então, várias foram as estratégias de desenvolvimento adoptadas, e dentre elas figuram nomeadamente o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), e Programa de reabilitação Económica (PRE) como estratégias nacionais e a NEPAD como estratégia internacional.

O PPI e o PRES foram responsáveis por alguns problemas que constroem a economia actualmente, e que os seus vestígios podem de certa forma afectar a implementação da política da NEPAD.

As estratégias do PPI e PRES foram teoricamente opostas uma em relação a outra, apesar de terem resultado em problemas comuns.

O PPI visava a eliminação do subdesenvolvimento, herdado do colonialismo português, em apenas dez anos.

Composto por três programas essenciais – colectivização do campo, industrialização e formação – o PPI priorizava o crescimento rápido da produção material: projectava a quintuplicação do produto material em dez anos, o que requeria a taxa média anual de crescimento de 17.5 por cento ao longo da década 1980-90.

O objectivo de crescimento rápido do produto material, o PPI reunia, ainda, as seguintes características:

- centralizava o processo de acumulação de capital no Estado, por causa da crença de que o Estado era o intérprete supremo do modelo “socialista”, do reconhecimento do carácter subdesenvolvido dos mercados e das relações de mercado, do exemplo de rápido crescimento de países de economia centralizada e pela necessidade de concentrar os recursos para investimentos de raiz de grande escala, e de controlar o consumo, a poupança e a alocação dos recursos de investimento;
- Centralizava o investimento no sector empresarial estatal, o que era consequente com a centralização da economia e da alocação de recursos, com a prioridade dada ao rápido crescimento empresarial e com desconfiança na capacidade do campesinato e do sector privado nacional de responderem rápida e eficientemente aos objectivos da política económica;
- Marginalizava os restantes sectores da economia, em especial o campesinato, apesar da prioridade retórica dada ao sector familiar e cooperativo em grande medida porque: o rápido crescimento do sector empresarial estatal e do investimento em novos grandes projectos esgotava os recursos disponíveis;
- Marginalizava a transformação da organização social da economia, essencialmente porque se acreditava que o aumento da infra-estrutura e da escala dos projectos de investimento trariam, por si só necessária transformação social;
- Aplicava um sistema passivo de gestão macroeconómica e financiamento, simples instrumento burocrático do plano material, em resposta ao modelo de planificação material centralizada e porque se acreditava que os défices então gerados, seriam

cobertos no futuro pelos efeitos do rápido crescimento do produto e da eficiência das empresas; e

- Priorizava o cumprimento das metas físicas de produção e negligenciava a eficiência e os custos económicos na realização dessas metas, em parte por causa da pressão exercida, através do plano material central, pela necessidade de compatibilizar os produtos e insumos de diferentes empresas e os volumes da exportação com a procura das importações.

A segunda estratégia, mais conhecida por programa de reabilitação económica/ e social (PRE/PRES) visava fundamentalmente, reparar os erros do PPI e recuperar os índices de produção e de exportação de 1981. Na sua óptica, os erros principais da anterior estratégia haviam sido a má gestão macroeconómica, a distorção da estrutura dos preços relativos em desfavor da agricultura e das exportações, e do desincentivo à operação do sector privado nacional e estrangeiro (Mazula, 1995: 598-601).

Assim, o programa propunha-se por um lado, repôr o equilíbrio na balança de pagamentos de Moçambique e controlar a inflação, através da desvalorização da moeda para incentivar as exportações e conter as importações, do corte da despesa pública e dos subsídios a empresas, da privatização das propriedades do Estado, da introdução do princípio da recuperação dos custos no fornecimento dos serviços públicos essenciais (como a saúde e educação) e da contenção do crédito a economia. O argumento era que, a má gestão macroeconómica, do período do PPI, havia conduzido a economia nacional a um estado de grave desequilíbrio financeiro e estrutural, e que somente um forte compromisso do governo em reverter as políticas do passado e introduzir correcções fiscais e monetárias duras poderiam restaurar a saúde da economia e a credibilidade internacional do país. A par disso, o Governo deveria optar por uma via de privatização e liberalização sistemáticas da economia pois, este modelo era visto como a única alternativa viável: permitia corrigir os erros do período de excesso de administração estatal, evitar que tais excessos se voltassem a repetir, e dar oportunidades à forças do mercado para revelarem o seu potencial na gestão económica; era pois, o período do ouro dos defensores do mercado livre.

Apesar de serem estratégias diferentes, O PPI e PRES tiveram problemas comuns e não foram capazes de dar respostas aos problemas estruturais da economia, daí que, os seus resultados práticos não foram muito diferentes. Assim:

- ambas as estratégias foram desenhadas como resposta à necessidade de introduzir mudanças profundas, à pressão de crises estruturais graves e dos doadores dominantes de cada época. No entanto, ambas atacaram mais os efeitos do que as causas das crises que se propunham a enfrentar. Assim, concentraram-se no rápido crescimento da capacidade produtiva, na primeira estratégia, e na estabilização económica na segunda sem tomar em conta as causas do atraso económico e da instabilidade económica e os constrangimentos impostos por esse estado da economia;
- Negligenciaram a necessidade de modificação do padrão de acumulação de capital: preocuparam-se mais com a reabilitação e expansão da infra-estrutura existente, com o crescimento do produto ou com o ataque à instabilidade económica;
- Estas estratégias requeriam mudanças mais bruscas e rápidas porque a realidade institucional e sócio-económica do país e as capacidades materiais da economia não foram tomadas em conta, e o ritmo de mudança foi imposto pelos modelos adoptados pela pressão dos doadores;
- As duas estratégias foram marcadas pela ausência de uma visão de transição e do desenvolvimento como um processo de transformação que passa pela selecção de objectivos, prioridades, tecnologias, métodos e formas sociais que a organização da produção deve assumir e sistemas de incentivo e a organização institucional necessária;
- Foram incapazes de seleccionar prioridades com flexibilidade e coerência e de conceber as transformações estruturais necessárias na economia nacional e a adopção de modelos de mudanças bruscas, facto que provocou o agravamento do isolamento da ligação inter e intra sectorial. Os diferentes sectores da economia operam com ligações muito mais com o exterior, fazendo a exportação dos bens ou serviços primários ou importando insumos, tecnologia e capital, do que ligações uns com os outros (Mazula, 1995: 602-603).

Aqui, é importante adiantar que as ligações inter sectoriais desempenham um papel muito importante para a economia de um determinado país. A maior parte da literatura sobre o desenvolvimento, dá ênfase às ligações entre a agricultura e a indústria. A indústria é tida como engenho de desenvolvimento.

O processo de industrialização é um processo em que (1) os ganhos da indústria constituem um processo cumulativo e irreversível; (2) a indústria tem ligações pecuniárias financeiras ou monetárias com o resto da economia; (3) gera lucro e se assim acontece, tem-se poupança e o excedente também é gerado; (4) é potência fornecedora de mão-de-obra externa, devido a exportação; (5) e gera ligações fiscais.

Dadas essas condições, verifica-se que a indústria faz a agricultura sobretudo quando contribui através da tecnologia, e também o contributo pecuniário (lucro, moeda externa, imposto) para além de que cria a procura cada vez mais de produtos agrícolas (ex: matéria prima) e mão de obra (Karshenas, 1995:10).

Os outputs de que a agricultura se beneficia podem ser para além das ligações tecnológicas, as maquinarias, fertilizantes, pesticidas, etc, ligações estas que são feitas nos primeiros estágios de desenvolvimento.

A agricultura faz a indústria nas circunstâncias em que o aumento do rendimento cria oportunidade de desenvolvimento industrial.

Para que as ligações sejam fortes, devem ser geradas infra-estruturas e os serviços básicos que atraiam investimentos privados nacionais ou externos nos diferentes sectores da economia. Assim, a provisão de muitas infra-estruturas e serviços devem ser da responsabilidade mais dinâmica das actividades económicas que por sua vez podem viabilizar a provisão de algumas destas actividades para os novos investimentos. Este é um dos aspectos descritos no programa da NEPAD para o desenvolvimento de África, iniciativa que Moçambique está apostado em levar à cabo.

Moçambique integra-se na NEPAD num sentido estratégico que é acelerar o seu desenvolvimento social, económico e político.

III. NEPAD: Surgimento e suas Características.

O ponto central da presente secção reside na descrição acerca do contexto de surgimento da iniciativa NEPAD e suas características. A caracterização da NEPAD passa por um olhar sobre as diferenças com outras estratégias de desenvolvimento, objectivos gerais e específicos (âmbito da agricultura que é o tema em debate, propósitos e pressupostos para o seu desenvolvimento).

III.1. NEPAD e o seu surgimento

A NEPAD até hoje conhecida como Nova Iniciativa Africana, resultou da parceria do Milénio¹ para a Melhora do Programa Africano (MAP) desenvolvido pelos presidentes Mbeki da África do Sul, Obasanjo da Nigéria, Bouteflika da Argélia e Mubarak do Egipto, e o Plano Omega proposto pelo presidente Wade do Senegal. O grupo de cinco países nomeadamente África do Sul, Nigéria, Senegal, Argélia e Egipto, e um Comité de Implementação de 15 Chefes² de Estado encabeçaram a NEPAD. África do Sul é o secretariado da nova parceria. O presidente Obasanjo preside o Comité de Implementação de 15 Chefes de Estado e de Governo e o Vice-presidente é o presidente Bouteflika.

A NEPAD surge como tentativa de acabar com a crise económica existente em muitos países da África. Este, foi um grande cerne de debate feito na Cimeira da OUA de 1999, onde os presidentes Mbeki e Bouteflika foram indicados para levarem a cabo iniciativas junto dos principais credores com vista ao alívio da dívida dos países africanos.

Na Cimeira do G-77 realizada em Havana, em Abril de 2000, o presidente Obasanjo assumiu a presidência deste grupo, e junto de Mbeki e Bouteflika, encarregaram-se de apresentar um programa único para o desenvolvimento do continente.

Em Outubro de 2000 forma-se o Comité Directivo do plano do Milénio para África.

¹ Segundo Mucavel (2002:4) a declaração sobre o milénio das Nações Unidas de Setembro de 2000, destacou a necessidade de estabelecer um programa de acção sincronizado para o desenvolvimento de África. A mesma declaração apontava sobre a necessidade de compromisso da comunidade internacional em aumentar os fluxos de recursos para a África, através do melhoramento da ajuda, comercio, redução da dívida bem como o aumento dos fluxos de capitais privados ao continente.

² Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, Nigéria, Senegal, Argélia, Egipto, Moçambique, Tanzania, Mali, Botsuana, Etiópia, Burkina Faso, Tunisia, Guiné Bissau, Togo eGana..

Na reunião de Abuja realizada de 2 à 4 de Junho de 2001, foi formado o Comité Técnico. Nessa altura foram convidados para integrarem o grupo os países como Moçambique, Tanzânia, Mali e Senegal, e discutiu-se também sobre as prioridades de acção e os processos a seguir para estabelecer o programa de desenvolvimento de África. Assim sendo, segundo Mucavel (2002:4) foram propostos oito capítulos que deveriam constituir o plano de acção para a Parceria Milenar para a Recuperação de África (MAP)

- Paz, segurança e Governação política;
- Governação Económica;
- Desenvolvimento Humano;
- Infra-estrutura;
- Diversificação de produtos de exportação;
- Comércio e Acesso aos Mercados;
- Fluxo de Capitais;
- Ambiente;

Devido à semelhança de objectivos e filosofia, debateu-se sobre a junção deste programa ao MAP e OMEGA na reunião havida em Cairo de 18 à 20 de Junho de 2001.

O MAP e OMEGA foram unificados na Cimeira de Lusaka, realizada de 9 a 11 de Julho de 2001. A unificação passou a ser chamada de Nova Iniciativa Africana (NAI). Para a NAI, foi constituído um comité de implementação dos 15 chefes de Estado e de Governo sendo 3 estados de cada uma das cinco regiões. Na região Austral, Moçambique, África do Sul e Botswana representam a SADC no comité de implementação.

Aos 21 de Outubro de 2001, em Abuja, na Nigéria, atribui-se a NAI o nome de NEPAD, quando a maior parte dos governos africanos concordaram com a opção por parcerias.

A NEPAD é uma estratégia de desenvolvimento que se difere de outras para o desenvolvimento de África, e contem certos pontos que chegam a coincidir com programas de desenvolvimento nacional de certos países. Por exemplo, segundo MPF (2002: 5-6), Moçambique que se confronta por um lado por tremendas necessidades sociais, económicas e desenvolvimento político, e por outro, conta com escassos recursos, as suas necessidades podem ser resumidas com referência aos objectivos básicos do Programa Quinquenal do Governo (2000-2004), nomeadamente:

- Redução da pobreza absoluta, o qual pode ser buscado através da educação, saúde e serviços de desenvolvimento rural, que tenham como objectivo os pobres;
- Crescimento económico rápido e sustentado, focalizando-se na criação de um ambiente de negócios favorável ao sector privado, etc.

III.2. Diferenças entre a NEPAD e outras estratégias de desenvolvimento

A NEPAD difere na sua abordagem e estratégia, de todos os planos anteriores e iniciativas de apoio ao desenvolvimento de África embora os problemas permaneçam os mesmos. A NEPAD é uma visão de longo prazo, formulada pelos líderes africanos, baseada em parcerias dos países africanos, que estrategicamente mobiliza os recursos africanos para a criação da riqueza, onde as funções de planificação e organização são desenvolvidas de uma forma sincronizada com a integração de recursos, implementação, avaliação e controlo de programas pelos africanos.

As anteriores políticas de desenvolvimento foram desenvolvidas fora do continente africano e não tiveram suporte dos governos dos países africanos. Nestas políticas:

- a ausência de credibilidade dos processos seguidos na formulação dos projectos;
- falta de profissionalismo e capacidades dos países africanos;
- a inexistência de programas de acordo mútuo;
- a não consideração das diferenças entre os países;
- a não tomada de atenção sobre a mobilização dos recursos;
- o afro pessimismo;
- a falta de confiança e de auto-estima dos africanos perante os países desenvolvidos;
- o divisionismo e a corrupção que esgotaram os recursos que deviam ter sido usados para as iniciativas de desenvolvimento;

foram notas dominantes e foram obstáculos para o desenvolvimento sustentável (Mucavele, 2002:6).

E a NEPAD opta por alargar parcerias para o desenvolvimento económico.

III.2.1. Parcerias

Referências para investimentos públicos e privados devem ser vistas como propostas de acções separadas. De facto, África requererá acções complementares por muitas áreas e a chave do sucesso serão as parcerias.

Actualmente, há um reconhecimento por parte dos Governos de que o papel directo nas actividades económicas é limitado, embora ao mesmo tempo estrategicamente muito importante na criação de condições para o crescimento. Esse papel é focado particularmente na área chave de estabilizar a política, redes legais e institucionais que permitem ao sector privado jogar o papel principal no desenvolvimento económico e no investimento selectivo nos bens públicos que catalizará o crescimento económico base. Isto requererá que o Governo na região estabeleça parcerias estratégicas com uma cadeia de parceiros para alcançar seus objectivos de desenvolvimento, e que seus investimentos sejam alvos particularmente na redução de custos de transação tanto nos serviços públicos como no mercado.

Os principais seguradores do crescimento económico base são os pequenos produtores.

Os serviços de produção agrícola não podem alvejar efectivamente os pequenos produtores, mas podem assegurar que os serviços providenciados respondam aos constrangimentos que fazem face e abrir oportunidades para elas. Ao mesmo tempo, há necessidade para fortalecer a capacidade dos pequenos produtores para definir e articular os requisitos em termos de serviços; organizarem-se para o melhor acesso de inputs, produzir mercados e serviços de produção e conduzir sua própria experimentação agrícola; estabelecer uma voz de comando forte para eles próprios na política e processos institucionais. Suportar o desenvolvimento de associações de produtores é parte crucial de tal perspectiva.

O sector privado (no meio dos pequenos produtores) é também chave da parceria. A larga escala do sector privado formal (particularmente agribusiness) é em número de países da região provavelmente o maior processo de desenvolvimento para pequenos produtores. Progressos futuros dependem da expansão equitativa destas relações, que nalgumas vezes acontecerá somente na base de interesse mútuo. O sector privado comercial tenciona fazer dinheiro, se expandir as suas relações comerciais no seio da própria organização de pequenos produtores, que são opções precavidas do mercado. Muitos Governos de África reconhecem o papel crucial que o sector privado pode jogar, e estão prontos para

comprometer investimentos- tanto em políticas, criação de instituições, como infra-estruturas para reduzir os custos de transação que o sector privado enfrenta na realização de negócios com pequenos produtores.

As ONGs são reconhecidas como tendo especialmente habilidades em áreas de importância crucial para promover desenvolvimento rural- particularmente em áreas como planeamento satisfatório, construções diversas, desenvolvimento de grupo, etc. Muitos Governos na região estão dispostos a trabalhar em parceria com conveniência experimentada pelas ONGs operando como providenciadoras de serviços: prevê-se que tais arranjos sejam fortificados no futuro.

Parcerias no mundo actual também envolvem comunidades doadoras. Tais parcerias podem ser criadas com respeito aos doadores para a soberania dos países envolvidos, por um reconhecimento explícito que é de o Governo desses países coordenar o suporte e actividades dos doadores, com política sectorial consistente e redes estratégicas.

Parceiros existem não só à nível internacional; e na verdade uma das áreas em que a NEPAD pode adicionar valor é no suporte de desenvolvimento de dois caminhos ou alargar parcerias no continente- no seio de governos nacionais, organizações sub regionais, associações de agricultores nacionais e ONGs e organizações do sector privado em diferentes partes do continente. Tais parceiros podem providenciar oportunidades para lições aprendidas numa alocação a ser aplicada noutra; mudanças de tecnologias, perspectivas e arranjos institucionais; e a promoção de investimento dentro do continente (CAADP, 2003: 18-19).

III.3. Visão geral da NEPAD

Sobre a NEPAD que é um projecto da Organização da Unidade Africana / União Africana, os Chefes de Estado e de Governo tem adoptado uma visão geral para o desenvolvimento de África, baseando-se no pressuposto que se pode ler no excerto seguinte:

“ Nos acreditamos na visão geral de desenvolvimento de África: um continente próspero, livre de conflitos, em que todo o seu povo pode satisfazer o seu potencial, que participa efectivamente na economia global no mesmo pé de igualdade ”.

Ainda, segundo eles, África pode ter lugar na comunidade internacional se ganha uma resistência económica.

Os Chefes de Estado e de Governo tem estabelecido um alvo ambicioso de 7% da taxa de crescimento do PIB para os 20 anos de erradicação da pobreza, alcance da segurança alimentar e construção de bases para o desenvolvimento económico sustentável no continente (CAADP, 2003: 8).

III.4. Os propósitos da NEPAD

Segundo Mucavel (2002:2), a NEPAD tem como propósitos fundamentais:

1. O fortalecimento de mecanismos para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a níveis sub regional e continental e assegurar que esses mecanismos sejam utilizados para a restauração e manutenção da paz;
2. A promoção e protecção da democracia e dos direitos humanos ao nível dos países e regiões, através da definição de padrões claros de responsabilidade, transparência e governação participativa aos níveis nacional e distrital;
3. A restauração e manutenção da estabilidade macroeconómica, especialmente através da definição de padrões de metas para as políticas fiscais e monetárias assim como a introdução de quadros institucionais apropriados para o alcance desses padrões;
4. A formulação de quadros legais e reguladores para os mercados financeiros e o estabelecimento de auditoria das companhias dos sectores privado e publico;
5. A revitalização e extensão da educação, formação técnica, assistência aos serviços de saúde, combate ao HIV/SIDA, malária e outras doenças transmissíveis;
6. Promoção das mulheres no desenvolvimento económico e social, através do reforço da sua capacidade nos domínios da educação e formação, desenvolvimento das actividades geradoras de rendimento, através da facilitação do acesso ao credito e a participação na vida política e económica;
7. Criação de capacidades nos Estados em África, para definirem e fazerem cumprir as leis e ordem económica, social e política;
8. Promoção do desenvolvimento de infra-estruturas sociais e económicas, desenvolvimento da agricultura, sua diversificação em indústrias agrárias e de manufactura para servir os mercados interno e de exportação.

III.5. Objectivos gerais da NEPAD

A NEPAD tem como objectivo de longo prazo a erradicação da pobreza em África e a colocação dos países africanos num crescimento e desenvolvimento sustentável. A curto e médio prazos a NEPAD pretende:

1. Realizar e sustentar uma média da taxa de crescimento do PIB acima de 7% nos próximos 15 anos;
2. Assegurar que o continente africano realize as metas de desenvolvimento internacional acordadas que são:
 - reduzir em metade a proporção das populações que vivem em extrema pobreza entre 1990 e 2015;
 - matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015;
 - realizar progressos para assegurar a igualdade do género e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrículas na educação primária e secundária até 2015;
 - reduzir em 2/3 os rácios de mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015;
 - reduzir os rácios da mortalidade materna em ¾ entre 1990 e 2015;
 - providenciar o acesso para todos os necessitados aos serviços da saúde e reprodução até 2015;
 - implementar estratégias nacionais para realizar o desenvolvimento sustentável até 2015; (Mucavel, 2002:3).

III.6. O Contexto da agricultura segundo a política da NEPAD

Nos pontos relativos aos propósitos e os objectivos gerais da NEPAD descritos anteriormente ficou registado que as políticas da NEPAD abrangem os diferentes sectores de actividade, mas não será do geral que se fará o retrato. O retrato centraliza-se na agricultura, pois o que conduziu a elaboração do presente trabalho foi o facto de constatar que muitos aspectos descritos nas áreas primárias de acção, dificilmente se ajustam às características de Moçambique, lugar onde se pretende analisar a aplicabilidade dos programas da NEPAD.

III.6.1. Objectivos gerais na agricultura

Para o sector agrícola a nível nacional a NEPAD pretende:

1. Melhorar a actividade da agricultura com particular atenção para os agricultores de pequena escala e mulheres;
2. Garantir a segurança alimentar para todos e incrementar o acesso dos pobres à alimentação e nutrição adequadas;
3. Promover medidas contra a degradação de recursos naturais e encorajar métodos de produção ambientalmente sustentáveis;
4. Integrar os pobres rurais na economia de mercado e proporcionar-lhes melhor acesso aos mercados de exportação;
5. Transformar a África num continente exportador líquido de produtos agrícolas;
6. Transformar a agricultura num actor estratégico da ciência e tecnologias agrícolas;
7. Incrementar a segurança do abastecimento da água para a agricultura, através do estabelecimento de facilidades de irrigação de pequena escala, melhorando a gestão local de águas, e aumentando o intercâmbio de informações e de conhecimento técnico com a comunidade internacional;
8. Melhorar a segurança da posse de terras ao abrigo das formas de aquisição tradicionais e modernas e promover a necessária reforma de terras;
9. Forjar a segurança alimentar regional, sub regional, nacional e do lar através do desenvolvimento e da gestão da produção, transporte, armazenagem e comercialização de produtos alimentares, pecuários e pesqueiros;
10. Estimular regimes de crédito e financiamento agrícolas, e melhorar o acesso a crédito dos agricultores de pequena escala e de mulheres;
11. Reduzir o pesado fardo de preferência urbana dos gastos públicos em África, transferindo recursos das actividades urbanas à rurais; (Mucavel, 2002:13).

A nível internacional a NEPAD pretende:

1. Desenvolver novos regimes de parceria para inverter a fadiga de doações à projectos agrícolas individuais e de alto perfil;
2. Países desenvolvidos devem ajudar a África na realização e na concepção das suas capacidades de investigação no domínio da agricultura;

3. Promover o acesso a mercados internacionais melhorando a qualidade, a produção e os produtos africanos, particularmente os processados para responder aos padrões exigidos por aqueles mercados;
4. Apoiar a ligação da rede africana com parceiros externos nas esferas da tecnologia e de conhecimentos agrícolas, seus serviços de extensão e de infra-estrutura rural
5. Apoiar investimento nos domínios de produções de alto nível e de métodos duráveis de preservação e armazenagem;
6. Proporcionar apoio ao reforço de capacidades nacionais e regionais a negociações comerciais multilaterais, incluindo a sanidade alimentar e outros regulamentos agrícolas comerciais; (Mucavel, 2002:13).

Estes aspectos todos perfazem 4 áreas prioritárias de acção, nomeadamente:

1. Estender a área de gestão sustentável de terra e o sistema de controlo dos recursos de água;
2. Melhoramento das infra-estruturas rurais e dos mercados;
3. Aumento da oferta de alimentos e redução da fome;
4. Pesquisa agrícola, disseminação de tecnologia e sua adopção;

Estas áreas também tidas como bases de melhoramento imediato da agricultura africana, segurança alimentar e balança comercial encontram certos obstáculos no âmbito da implementação dos programas da NEPAD, sobretudo em Moçambique situação descrita na secção que se segue.

IV. Análise Crítica das áreas prioritárias de acção da NEPAD e sua aplicabilidade em Moçambique

Nesta secção pretende-se mostrar o programa da NEPAD sobre as áreas primárias de acção, demonstrar a aplicabilidade do referido programa em Moçambique e avançar soluções alternativas sobre os aspectos que constroem a aplicabilidade. Aqui, as soluções alternativas também constituirão as recomendações de política que podem de certa forma ajudar aos implementadores da política da NEPAD na condução dos objectivos traçados, de forma coerente, sobre as áreas de acção que se seguem:

IV.1. Extender a área de gestão sustentável de terra e o sistema de controlo dos cursos de água.

A confiança em chuvas irregulares é o maior constrangimento para a agricultura. A escassez pluviométrica impede o cultivo em grandes extensões de terra para alcançar a produção potencial (CAADP, 2003:2).

Moçambique é um país dotado de boas condições naturais para o desenvolvimento da actividade agrícola. A sua localização geográfica, extensão territorial, solos, variedades de climas tropicais e uma densa rede hidrográfica conferem-lhe os requisitos de base.

A importância da agricultura para o país pode ser resumida:

- a) como fonte de alimentação da população;
- b) como base para o desenvolvimento da economia nacional, através da exportação de culturas de mercado;
- c) como elo de ligação com outros sectores de actividade; dentre outros exemplos.

Dados colhidos no último Senso populacional de Moçambique em 1997, indicavam que 80.6% da população activa estava ligada ao sector agrário, o que equivale a dizer que a actividade agrícola de subsistência ou de mercado constitui um imenso potencial de postos de trabalho para a população rural (Santos e Barca, 2003:81).

Segundo CAADP (2003:2) aumento da fertilidade dos solos, o incremento da irrigação, permitirá aos produtores elevado nível de output e de confiança na oferta de alimentos.

Analisando estas situações para o caso específico de Moçambique, urgem as questões seguintes:

- a) **nas condições económicas de Moçambique, fortemente dependente de recursos exteriores, como é que será possível a fertilização de vastas áreas de cultivo?**
- b) **como é que será possível o aumento das áreas com sistemas de irrigação?**

Respostas à essas perguntas passam pela análise da situação do uso da terra e de recursos hídricos em Moçambique:

IV.1.1. Uso da terra em Moçambique

Os solos são compostos por uma variedade de minerais e de substâncias orgânicas. Considerando que a variedade dos solos quanto à sua composição física e química está estreitamente ligada ao clima e à cobertura vegetal, a sua aptidão para o cultivo de diferentes tipos de culturas varia significativamente. Em Moçambique, os solos mais adequados à culturas, quer alimentares como de rendimento, encontram-se sobretudo nas zonas centro e norte que coincidem com os elementos climáticos existentes³. (Santos e Barca, 2003:81).

A produção agrícola no país é partilhada pelos sectores Familiar e Empresarial. O primeiro, é responsável por 80% da produção nacional, produzindo algodão, caju, milho, mandioca e mapira e, o segundo (que é responsável por apenas 20%), produz chá, açúcar, copra, sisal e tabaco. 60% da produção alimentar destina-se ao auto-consumo e passa pela comercialização a restante percentagem. Das exportações, cerca de 45% provém do caju e algodão que o campesinato produz.

Na partilha aqui referida, o uso da terra pode ser visto na tabela (abaixo), a qual mostra que o país possui 36 milhões de hectares (ha) de terras aráveis, sendo que até ao ano de 1995, eram cultivadas 5 milhões correspondendo a 13.8 % e isto indica um mau aproveitamento.

Uma outra questão que se observa é que, a irrigação que devia ser atenuante dos resultados da seca é insignificante – 15%.

Tabela 1: Terra em Moçambique e sua utilização

Uso agríc. e protecção natural	ha (mil)	%
Terras aráveis	36000	45
Terras cultivadas	5000	6.3
Terras irrigáveis	3300	4.1
Terras presentemente irrigadas	50	0.1
Formações florestais	46400	58
Parques e reservas	8800	11
Florestas produtivas	20000	25
Superfície total do país (Km quadrados)	799380 Km ²	

Fonte: Ministério de Agricultura e Pescas (1995).

³ Mais detalhes no Anexo 1 do presente trabalho

Para além dos constrangimentos atrás referenciados, há problema de distribuição, direito de posse e uso da terra.

A qualidade da terra que é o principal meio de produção do campesinato é escassa.

Há uma enorme competição entre os maiores produtores (empresários estrangeiros ou nacionais) que tem mais recursos (capital, experiência, capacidade institucional, e influência) e conseguem melhores terras – e camponeses individualmente.

Com o fim da guerra civil em 1992, no retorno da população à zona rural, houve conflitos sobre a posse de terra porque os camponeses não conseguiram beneficiar-se de mecanismos formais eficientes de registo, controle e demarcação de propriedades, e os maiores produtores tem melhores condições para rapidamente ocuparem a terra e protegerem por via do registo formal do direito de posse e uso.

Muitos dos camponeses enfrentam problemas de burocracia na concessão dos títulos de propriedade de terra, facto que tem criado transtornos aos requerentes. Uma das aparentes razões da demora tem a ver com a exiguidade de técnicos responsáveis pela demarcação de terrenos; e isso revela a falta de capacidades institucionais.

Para colmatar esse problema, o Conselho Municipal não devia conceder títulos de propriedade individualmente, mas sim, às associações de camponeses, como forma de estimular as pessoas a trabalhar em grupo. Isto também evita o caso da venda à terceiros ou mudança da actividade agrícola para a qual foi requerido o terreno.

Segundo Mazula (1995: 617-18) este problema de terra é também originado pela descoordenação de programas de investimento. Ex: conflitos entre novas explorações mineiras por nacionais e estrangeiros, e os camponeses que já ocupam terras. Há também o problema da protecção da qualidade do solo contra a erosão, salinização, redução e esgotamento da fertilidade e para manter abertas as opções de uso da terra no futuro. A alta densidade populacional em algumas áreas do território nacional, bem como o uso e abuso dos métodos inadequados de cultivo e exploração da terra, põe em causa o rendimento agrícola e criam a possibilidade de num futuro breve, tornar a terra com qualidade ainda mais escassa.

Por exemplo, os sectores Familiar e Empresarial são responsáveis pelos problemas ambientais por três vias.

Enquanto que o Sector Familiar causa degradação através:

- da pressão na ocupação e uso de terras marginais (caso de terras pouco férteis e de grande declive);
- da carência de tecnologias e insumos agrícolas; e
- de queimadas e degradação do ambiente para a obtenção da lenha;

O Sector Empresarial causa degradação através:

- do mau uso (em alguns casos) dos agro-químicos;
- gestão e manutenção não adequada dos sistemas de regadio e de drenagem; e
- deficientes práticas de lavouras mecanizadas.

As manifestações do resultado das queimadas e o desflorestamento podem causar o aumento da erosão, pelo facto de o solo estar descoberto; alteração do ciclo de água, podendo-se notar por vezes a diminuição da pluviosidade e associado a isso, está a desertificação gradual. Ainda, a população enfrentará problemas como a degradação dos solos, baixa capacidade produtiva das florestas, fraca produtividade nos diferentes sistemas de produção, dificuldade na obtenção do combustível lenhoso.

Face à essa situação, uma das alternativas viáveis seria o agroflorestamento, medida reguladora para evitar a erosão do solo, aumento da fertilidade, rendimentos de produção agrícola (sustentável), facto que contribui para maior segurança alimentar e o problema da lenha.

O agroflorestamento consiste na combinação entre a agricultura e produção florestal, podendo ser possível juntar árvores de fruta ou outras culturas alimentares.

Em Moçambique esta prática é conhecida pelo campesinato. O exemplo prático é o da mistura de coqueiros com outras culturas.

Assim, essas experiências tradicionais podem ser usadas nos processos de formação, partindo de uma realidade concreta, pode-se considerar outros elementos sobre o assunto com vista a obter maior produção.

IV.1.2. Uso dos Recursos Hídricos em Moçambique

A sua superfície territorial é de 799 380 quilómetros quadrados (786 380 quilómetros quadrados de terra firme e 13 000 quilómetros quadrados de águas interiores). A linha da costa tem o comprimento de 2515 quilómetros (da foz do Rio Rovuma na região norte até à Ponta do Ouro no sul). Tem uma largura maior de 962,5 quilómetros que vai desde a Península do Mossuril em Nampula até à confluência com o Rio Aruángua na província de Tete, e a largura menor é de cerca de 47,5 quilómetros indo do marco Sivayana à Sul de Namaacha até ao Farol de Catembe. A fronteira terrestre tem cerca de 4 310 quilómetros, sendo 800 quilómetros, 3445 quilómetros e 85 quilómetros de fronteiras norte, Oeste e Sul respectivamente.

Na superfície territorial do país encontram-se regiões altas e baixas como resultado da interacção de processos endógenos tais como o vulcanismo e outros, que dão origem à formas elevadas do terreno, e exógenos como as acções dos rios, ventos, chuvas, e mares que aplanam o terreno.

A fronteira marítima está limitada à 12 milhas marítimas que são contadas a partir da linha de base, e esta situação constitui um dos indicadores da existência de recursos hídricos.

Os recursos hídricos em Moçambique são constituídos por águas marinhas com 2470 km, desde a foz do rio Rovuma até à Ponta D'ouro; águas continentais superficiais (rios, lagos, lagoas) ocupando uma área de 13 000 quilómetros quadrados e águas subterrâneas que são aquíferos constituídos na maioria por águas minerais e termais.

Sobre tais recursos, há:

- (a) uma dispersão e fragmentação na sua gestão;
- (b) declínio das fontes de financiamento para a resolução de problemas a estes relacionados;
- (c) ameaça "a segurança e "a paz internacional devido aos possíveis conflitos nos rios que ultrapassam fronteiras nacionais e perspectivas de mudanças globais na terra que afectarão a distribuição e a disponibilidade de recursos hídricos (DNA, 1999).

O desenvolvimento sócio-económico de qualquer país está fundamentado na disponibilidade de água de boa qualidade e na capacidade de conservação e protecção dos recursos hídricos.

Todos os principais rios de Moçambique, Zambeze, Púnguè, Save, Incomati, Umbeluzi, com a excepção do Rovuma, nascem noutros países e, isso faz com que Moçambique fique bastante vulnerável em matéria de disponibilidade de água, quer directamente para o uso humano como para as necessidades ambientais dos ecossistemas naturais, principalmente das zonas estuarinas.

Segundo DNA (1999), já há muito tempo que o Governo está preocupado com a dependência dos cursos de água, relativamente à outros países, tendo feito vários acordos.

A existência de barragens nos países por onde os rios passam cria alguns transtornos em Moçambique, como no caso do rio Zambeze, que passa pela barragem de Kariba na Zâmbia e Zimbábwè e em Moçambique pela Barragem de Cahora Bassa que foi construída na década 70 para fins hidroeléctricos. O rio Umbeluzi passa pela Barragem de Minjoli na Suazilândia e pela Barragem dos Pequenos Libombos em Moçambique que foi construída para o abastecimento de água potável à capital do país.

A partilha dos rios é uma questão muito importante em Moçambique. Na década 80, houve uma seca prolongada, porque os países vizinhos fecharam as suas comportas, grande parte dos rios e barragens em Moçambique desceu aos níveis mínimos dos seus caudais porque os países por onde os rios moçambicanos passam não respeitaram os acordos entre os países em manter os níveis de água estabelecidos entre os mesmos.

Em Moçambique, o ano 2000 foi caracterizado por cheias quando os países vizinhos abriram as suas comportas e os reservatórios moçambicanos ficaram cheios, facto que obrigou ao país a abrir suas comportas para não afectar as barragens e os resultados foram dramáticos.

A gestão dos recursos hídricos em Moçambique é feita a nível local (rio, lago, lagoa); sectorial (para resolver problemas de pesca, água, geração de energia) e resposta à crises (quer dizer, a gestão só é feita quando há crises).

Experiências de outros países indicam que para minimizar impactos na gestão dos recursos hídricos devia ser feita a nível da bacia hidrográfica), uma gestão integrada (tentar tratar vários problemas ao mesmo tempo) e a mesma deve ser predictiva (antecipar problemas, impactos) criando bancos de dados, fazendo o monitoramento da bacia hidrográfica.

Os acordos que o Governo assina com os países por onde os rios passam devem ser acompanhados através de um monitoramento sistémico, criação de comités de bacias funcionais com os países à montante para em conjunto, fazerem a gestão a nível da bacia hidrográfica, dado que esta é uma unidade física com fronteiras delimitadas, é um sistema hidrologicamente integrado com componentes interactivos e subsistema, e proporcionais, uma visão sistémica para a gestão dos recursos hídricos de forma integrada.

Devido à constantes transformações ambientais a que vem sendo submetido, Moçambique necessita de mais limnólogos e gestores dos recursos hídricos cada vez mais actualizados, para enfrentarem as necessidades crescentes de controlo e gestão da qualidade de água e do desenvolvimento de bancos de dados oferecendo condições para a formação e capacitação de cientistas e gestores.

Quanto ao aspecto de irrigação é importante aqui adiantar que, o subsector de irrigação em Moçambique padece de problemas de desempenho. A irrigação não cumpre cabalmente com o seu papel económico de factor multiplicador da agricultura.

Segundo Langa (2001: 67), o fenómeno de sub-utilização dos sistemas de irrigação está associado à problemas que podem ser agrupados em 3 categorias:

- (i) erros técnicos de análise de viabilidade económica que conduzem a tomada de decisões de investimento;
- (ii) os erros de concepção e de construção derivados de má qualidade de estudos técnicos ou ligados às decisões dos níveis de investimento;
- (iii) e finalmente erros de organização de um quadro institucional adequado à escala dos sistemas.

Ainda, segundo Langa (2001: 51) o país não dispõe de uma política nacional de irrigação, e assim, embora a Política Agrária e Estratégica de Implementação (PAEI) contenha aspectos associados à irrigação, ela é genérica devido à:

- reabilitação e manutenção de regadios existentes e a criação de condições para a melhoria da sua gestão e utilização com base no investimento público, a aplicação de fundos de fomento e promoção do investimento;

- reabilitação dos sistemas de regadio financiados por fundos públicos com vista a obter retornos para a sua conclusão de regadios já iniciados, com a necessária adequação em termos de concepção, dimensão, utilização e gestão, envolvendo neste processo, os potenciais utilizadores;

- recuperação e desenvolvimento de regadios de pequena escala onde for possível através do envolvimento das populações locais na sua construção, manutenção e gestão

Uma outra questão é a abstenção do Estado associado à uma certa incapacidade de definição dos objectivos, da política, das estratégias e de organização das instituições para a direcção e gestão das actividades de irrigação. Daí resulta o elevado índice de sub-utilização da capacidade instalada dos sistemas de irrigação.

Sobre este assunto, a iniciativa da nova parceria devia contemplar a "criação de condições para coordenação a nível das bacias hidrográficas" ou seja, do fluxo de água para abastecer os sistemas de regadio. Mas, esta situação só seria possível com a criação de capacidades tecnológicas, humanas e institucionais capazes de suportar o transporte, distribuição dos recursos hídricos e desenvolver a agricultura.

Portanto, dadas as dificuldades de ordem tecnológicas, para os casos de recepção de uma nova tecnologia, a alternativa de Moçambique seria a criação de mecanismos para a sua absorção, assimilação e adaptação de conhecimentos e experiências e posto isto, ser ainda capaz de desenvolver um processo autónomo de inovação. Assim, estaria a reduzir o nível de dependência e a apostar no aumento das suas capacidades, podendo-se tornar dinâmico, facto que também traria competitividade no mercado tanto nacional como internacional.

IV.2. Melhoramento das infra-estruturas rurais e acesso aos mercados

Melhoramento das estradas, armazenamento, mercados, sistema de embalagem e manuseamento, e redes de oferta de inputs, são aspectos vitais para elevar a competitividade nos locais de produção em relação aos mercados de importação e exportação, para além dos mercados nacionais. Investimento nestas áreas estimulará os volumes de produção e comércio, deste modo, a alternativa para gerar altas taxas de retorno

nos investimentos necessários em portos e aeroportos. Em geral, África precisa urgentemente de melhoramento de infra-estruturas para o desenvolvimento, dado que faz face à longas distâncias para os potenciais mercados.

Paralelamente aos melhoramentos em infra-estruturas na África, ajustamentos são necessários para a promoção e suporte (incluindo subsídios) de políticas para os países desenvolvidos.

Países exportadores dentro da região precisam de aumentar a sua capacidade para participar na comercialização e encontrar aumentos de qualidades requeridas para o comércio internacional (CAADP, 2003:2).

Para o caso específico de Moçambique, obstáculos existem afectando os mercados e as infra-estruturas, factos que requerem um melhoramento adequado.

Em Moçambique, os mercados domésticos para bens de consumo e de investimentos são em geral muito pequenos e em alguns casos fragmentados devido:

- ao baixo nível de actividade económica e de investimento;
- às fracas ligações inter sectoriais;
- à grande diferenciação social e regional da produção e alocação dos recursos. Isto cria uma distorção nos padrões de consumo e de produção em relação as capacidades nacionais, torna-os muito dependentes de importações e dificulta o contacto entre os produtores e consumidores em diferentes mercados;
- ao baixo nível de rendimento agregado;
- à estratégia de acumulação de capital na agricultura.

A permanência da reprodução de uma estratégia forma de acumulação de capital requer a manutenção de 80% da população ligada a produção de auto consumo afim de assegurar a subsistência social básica da força de trabalho. A pequena dimensão e fragmentação dos mercados para além de serem um efeito da estrutura sócio-económica, constituem um obstáculo ao desenvolvimento, constringindo as escolhas tecnológicas e institucionais, e as reacções dos agentes económicos.

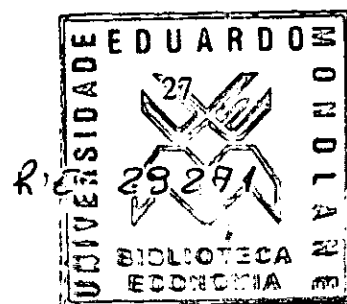
A estratégia de acumulação de capital, tem um forte impacto nas capacidades e problemas de desenvolvimento nacional. Primeiro, não é capaz de estimular o progresso técnico e tecnológico, porque o sector capitalista tem à sua disposição a força de trabalho assalariada

barata com remuneração abaixo do seu custo social de reprodução e é relativamente abundante porque depende do salário e o camponês não acumula o suficiente para investir em novas formas, métodos e técnicas de produção. Este sistema aumenta os custos económicos da força de trabalho barata para o seu empregador directo porque: impede a sua organização e especialização, desincentiva a sua formação, dificulta a assimilação e introdução de novos métodos de trabalho e da nova tecnologia, bloqueia o aumento da produtividade social do trabalho e impede o desenvolvimento do campesinato, criando escassez da força de trabalho e recursos financeiros para o sector.

Sobre este assunto há que considerar o seguinte: os camponeses moçambicanos enfrentam sérias dificuldades na satisfação das suas necessidades de consumo, poupança e acumulação somente através do trabalho assalariado e da comercialização dos seus excedentes, porque os salários e preços ao produtor dos bens comercializáveis são frequentemente fixos, rígidos e/ou estabelecidos abaixo do seu custo social. (Mazula, 1995:585).

O exemplo prático disso é o que se tem verificado nas regiões centro e norte de Moçambique onde tem havido aquilo que se chama de isolamento económico. O isolamento pode ser definido segundo PNUD (1998:53) como uma interacção económica limitada das famílias em termos de compras e vendas de bens e serviços com a economia fora da sua família e fora da sua zona. Um motivo importante para o isolamento económico são os termos de troca desfavoráveis, isto é, os preços que os camponeses pagam pelos produtos que compram podem ser demasiado elevados relativamente aos preços que recebem pelos produtos e serviços que tem para vender. Esta situação pode também resultar na falta de incentivos para produzir excedentes para vender e na adopção de estratégias para produzir para a subsistência.

A situação actual em grande parte da economia rural, pode ser explicada nesses termos considerando que a destruição de infra-estruturas tais como estradas, pontes, lojas, etc, contribuíram para este processo, tornando vastas zonas da economia rural inacessíveis. Esses factores aumentam os custos dos comerciantes que reagem repassando os custos aos produtores, através das compras da produção a preços baixos e vendas de produtos industriais à preços altos.



Em síntese, Moçambique não dispõe de vantagens tecnológicas e capacidade institucional para atingir níveis de produtividade competitivos; aliás, a própria estratégia de acumulação de capital, que gera a força de trabalho barata (porque paga abaixo do seu custo social), impede a criação da capacidade tecnológica e institucional.

Além disso, a reprodução desta forma de acumulação, obriga a manter a grande massa dos produtores ligados à produção familiar de subsistência, o que para além de impedir o aumento da produtividade dos factores de produção, também bloqueia a transferência positiva⁴ de factores entre sectores da economia. (Mazula, 1995:587)

Segundo (MADER, 2003: 29) a agricultura de Moçambique é largamente dominada pelo sector familiar e pelas pequenas e médias explorações agrícolas. Esta agricultura é caracterizada por uma grande diversidade de culturas dentro de um sistema ecológico também muito diverso. Esta diversidade ajuda na redução da vulnerabilidade do camponês perante eventuais calamidades naturais, hospeda uma variedade de inimigos naturais para combater pragas nas machambas, ajuda a manter a fertilidade nos solos e permite uma dieta bastante diversa, aspectos fundamentais para a garantia da segurança alimentar.

Cada vez mais se reconhece que a diversidade, a descentralização e a inovação são aspectos e mecanismos importantes e interligados para chegar a um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável.

Por exemplo, o sector familiar em Moçambique tem a possibilidade de conservar semente para 2 à 3 sementeiras consecutivas (variedades de polinização aberta) e dentro do espírito de solidariedade entre os camponeses, a possibilidade de emprestar ou oferecer esta

⁴ A transferência positiva de factores de produção entre sectores da economia ocorre com o aumento da produtividade dos factores no sector em que são mais abundantes, libertando-os para a expansão e desenvolvimento de outros sectores da economia. A transferência negativa ocorre quando os sectores são expropriados sem que a sua produtividade aumente. Para o caso da transferência negativa, no sector de onde esses factores são retirados em geral a agricultura, a produção diminui, ao mesmo tempo que a produtividade não aumenta nos sectores para onde esses factores são realocados, porque a sua qualidade não aumentou, nem a organização social da produção se aperfeiçoou (Mazula, 1985: 587).

semente à outros camponeses. Há ainda a possibilidade de recorrer aos adubos orgânicos disponíveis na natureza entre outros.

O direito de livremente guardar, usar e trocar sementes é essencial para salvaguardar a diversidade agrícola, a capacidade de inovação e soberania alimentar dos povos.

E os camponeses enfrentam outros constrangimentos que segundo segundo MADER (2003: 30), estão associados à falta de crédito e a fraca prontidão de resposta às calamidades naturais e insuficientes serviços de extensão rural.

Dada a explanação acima urge a necessidade de questionar para o caso específico de Moçambique:

- nas condições económicas que Moçambique apresenta quais são as formas de melhoramento das estradas, armazenamento, mercados, sistemas de embalagens e manuseamento, e redes de oferta de inputs? Quais são as formas de aumentar a competitividade nos locais de produção em relação aos mercados de importação e exportação?

A estratégia da NEPAD tem pois que tomar em conta este factor, considerando alternativas várias tais como: expandindo do mercado através da coordenação regional do desenvolvimento e da exportação; aproximando e integrando os mercados pela descentralização dos focos de desenvolvimento, compatibilizando estratégias sectoriais e a maior integração inter e intra sectoriais ; modificando a estratégia de acumulação de capital atrás descrita com uma política que priorize o desenvolvimento dos camponeses e a industrialização rural, com prioridade para pequenas e médias empresas de transformação de produtos agrícolas e a produção de insumos para a agricultura; adoptando opções tecnológicas que possibilitem a maior integração económica nacional, desenvolvimento de capacidades tecnológicas nacionais.

Ainda, sobre o melhoramento dos mercados é importante também tomar em consideração o factor distorção de preços, pois este pode constituir um obstáculo para o desenvolvimento. Assim, Moçambique precisa de uma taxa de câmbio competitiva e estável e taxas de juro reais favoráveis.

IV.3. Aumento da oferta de alimentos e redução da fome

Segundo MADER (2003: 30-32), o mundo produz actualmente alimentos em quantidades mais do que suficientes para alimentar a população mundial. Portanto, a grande razão para a existência da fome no mundo não se prende com razões de carácter tecnológico, mas sim a forma como são distribuídos os recursos económicos não só dentro do país como à nível mundial. Para a garantia da segurança alimentar do povo moçambicano é essencial manter a diversidade de culturas e ecologia os quais são postos em risco pela Engenharia Genética desenvolvida pelas multinacionais. Dentro dos moldes actuais a engenharia genética desenvolvida pelas multinacionais não tem capacidade de responder as preocupações do país quanto ao desenvolvimento da agricultura, garantia da segurança alimentar.

Em termos de níveis de produtividade agrícola, a África encontra-se muito abaixo relativamente à outras regiões pois, tem redução de colheita e campos de pastagem de gado devido à seca que afecta muitas regiões do continente (CAADP, 2003:2).

Por exemplo, em Moçambique, em 2003 a seca afectou de forma severa todas as províncias da zona sul e algumas da região centro, o crescimento e de desenvolvimento do povo moçambicano, e sobretudo as expectativas da família rural.

A seca afecta não só as bacias hidrográficas, mas também aquilo que é rendimento e a produção das famílias.

Numa avaliação feita conjuntamente entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e a autoridade dos países da África Austral, chegou-se à conclusão de que entre 12 e 14 milhões de pessoas estão seriamente afectadas pela seca e fome na região (CAADP, 2003:2).

Actualmente, em Moçambique, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, faz intervenção à este nível de afectados através de institutos e estações agronómicas que produzem sementes que são depois canalizadas por meio de mecanismos de distribuição existentes.

Existem também as empresas de sementes, no caso específico da Pannar e a Semoc que tem produzido e colocado semente no mercado, partindo do pressuposto de que uma das

formas de aumentar o rendimento é a disponibilização de sementes de qualidade. Fundamentalmente, o fornecimento de sementes faz-se através de feiras.

Estas instituições são importantes na medida em que tem minimizado certos problemas.

Para a NEPAD, o alcance de um impacto imediato na fome, também requer que investimento relativo à produção seja complementado pelas redes de segurança tidas como alvo. Falhas para atender às necessidades imprevisíveis e providenciar redes de segurança pode facilmente descarrilar o desenvolvimento de longo prazo que segundo o CAADP (2003:1) situa-se num intervalo temporal que vai do ano 2002 à 2015.

Portanto, porque esta acção não é uma tarefa fácil, a resposta regional para a seca seria uma coordenação ao nível das bacias hidrográficas, ou seja, dos fluxos de água para abastecer sistemas de regadio, e isto requererá a criação de capacidades tecnológicas que devia incluir a canalização da água para diferentes lugares de acordo com a necessidade, e o uso de motobombas.

Segundo a filosofia da NEPAD (CAADP, 2003: 2), o acesso da tecnologia melhorada jogaria um papel muito importante para os pequenos produtores, podendo incrementar a disponibilidade de alimentos, elevar os rendimentos rurais e expandir as oportunidades de emprego, para além de contribuir para o incremento das exportações. Isto requer um suporte de serviços melhorados, projectos pilotos, sendo alvo as comunidades pobres e políticas ambientais.

Para além dos aspectos descritos no parágrafo anterior, a NEPAD procura mecanismos para responder a frequência do crescimento e a severidade dos acidentes e emergência; isto chama alguma atenção para o facto de que as rápidas intervenções humanitárias seguidas pela reabilitação são requeridas antes do desenvolvimento normal.

Porém, uma coisa é certa: para o caso de Moçambique seria necessário tomar em conta o impacto que a situação de emergência pode criar.

Portanto, a atitude de concessão frequente de subsídios ou donativos não é sustentável pois, traz o estado de dependência dos problemas e os receptores tornam-se incapazes de procurar soluções para os seus próprios problemas. Assim, o desafio para combater a

pobreza de forma sustentável devia optar por uma educação que fosse construtiva, útil e emancipadora que educasse e formasse cidadãos competentes à resolução de seus problemas de forma autónoma à longo prazo. Portanto, este hábito tem prejuízo duplo:

- para o Estado, que não tem capacidade de sustentar extremamente as despesas com eles relacionados e;
- o mais grave é para os pobres pois, a sua dependência torna-se externa em relação ao Estado e cria uma destruição da sua emancipação.

Tal educação devia contemplar a formação e capacitação de extensionistas e de agricultores para maximizar a sua produção rural, mais do que os subsídios e créditos.

Ao proceder desta maneira, não significaria estar a “dar passos para trás” num país pobre, mas sim, abre-se caminho para o avanço dentro das capacidades do próprio país.

IV.4. Pesquisa agrícola, disseminação de tecnologia e sua adopção

As ligações entre os sistemas de pesquisa, serviços de extensão e produtores são fracas.

Os pesquisadores tem pouca interacção com os serviços de extensão e agricultores, não reflectem prioridades nas suas agendas de pesquisa. Há vezes em que o programa nacional de pesquisa é definido pelos doadores ou pesquisadores individuais e muitos tem poucas relações com os objectivos nacionais ou necessidades dos agricultores. Esse tipo de ligação deixa em alguns casos muitos agricultores a adoptarem menos de 10% das variedades de culturas que são oferecidas. Noutros casos, os agricultores nunca aprendem acerca das novas tecnologias desenvolvidas nos sistemas de pesquisa porque os mecanismos efectivos para transferir inovações das pesquisas para os sistemas de extensão não existem. Finalmente, os serviços de extensão tem fracassado no alcance dos agricultores porque suas estratégias de comunicação não são efectivas. Os pequenos agricultores carecem de meios para reduzir os riscos de adopção de novas tecnologias e o financiamento de pesquisa e extensão não é sustentável- tanto serviços de pesquisa e extensão em África dependem grandemente de fundos doados. As contribuições dos doadores providenciam hoje mais de 40% de todos os fundos para a pesquisa agrícola (CAADP, 2003: 62-63).

A área (de longo prazo) de acção da NEPAD que aqui se descreve aponta para o alcance de ganhos acelerados na produtividade requerendo:

1. A adopção de tecnologias melhoradas para suportar a imediata expansão da produção africana através da ligação muito eficiente para a pesquisa e sistemas de extensão de produtores;
2. Sistemas de distribuição de tecnologias que rapidamente trazem inovações para agricultores e comerciantes de produtos agrícolas. Deste modo, o incremento também será possível, através do uso apropriado da nova informação e tecnologias de comunicação;
3. Habilidade nos sistemas de pesquisa agrícola para a produção eficiente e efectiva e adoptar o novo conhecimento e tecnologias, incluindo a biotecnologia, visando o incremento do output e produtividade enquanto se conserva o ambiente;
4. Mecanismos para reduzir custos e riscos da adopção de novas tecnologias.

Para o período 2002-2015, é estimado o investimento total de 4,6 biliões de dólares (CAADP, 2003:3).

Sobre a área de acção aqui descrita, a pesquisa para além de estar relacionada com o tipo de culturas a produzir- de modo a reduzir a fome e combater a pobreza, tal como a situação descrita na anterior área de acção- devia fazer um estudo profundo sobre o meio ambiente na temática agrícola. O exemplo, é a relação Homem/Natureza descrita pelo geógrafo Humboldt.

Segundo MICOA (1997:7), Humboldt estudou esta questão quando nas suas investigações concluiu que “o conhecimento da conexão que existe entre as forças da natureza e o sentimento da sua interacção mútua” era via mais privilegiada para a compreensão global da natureza.

Para o caso concreto de Moçambique, a alternativa seria optar pela formação (para além dos já existentes) de mais geógrafos e de qualidade, que fossem capazes de:

- interpretar o plano elaborado e prever as possíveis modificações que poderão surgir no ecossistema sob o efeito da transformação de um ou vários elementos que compõe (mudanças climáticas, paisagísticas, sobrecarga populacional do espaço,

etc.), já que cada um desses elementos é ligado à factores numerosos e age sobre o conjunto do meio;

- em caso do aumento exagerado do número de habitantes em Moçambique que resulte de por exemplo do aumento da taxa de crescimento natural ou de outros factores, prever o impacto negativo que pode ocorrer como por exemplo, maior consumo de energia e conseqüentemente, maiores índices de poluição atmosférica, grande procura de terras férteis para o cultivo de áreas residenciais.

Então, neste caso, os geógrafos antes de mais deverão analisar a capacidade do sustento da terra em recursos naturais que consistirá na identificação do número de indivíduos que podem ser sustentados pelo ambiente desse território, contribuindo positivamente para a gestão de tais recursos.

Na agricultura, eles podem estudar o clima e sua influência no período de crescimento das plantas, identificar os tipos de culturas agrícolas que se adaptam às condições climáticas e a capacidade de uso das terras como por exemplo para o florestamento, agricultura, pecuária, etc.

No tocante aos problemas ambientais da agricultura, os geógrafos podem identificar os factores da erosão do solo e realizarem zonagem do território consoante os riscos que daí podem resultar, os quais dependem das formas da sua utilização.

No campo industrial, os geógrafos podem estudar a recíproca entre o meio ambiente e os factores de localização da indústria, avaliar o potencial dos recursos humanos, matérias-primas e energéticos.

Consoante as características do meio, eles podem prever os possíveis impactos da indústria conhecendo a direcção predominante dos ventos, a capacidade de aumento da depuração dos rios, solos, água, área para a pastagem, floresta, etc.

Em suma, os dados colhidos pelos geógrafos contribuem para a fundamentação das estratégias de desenvolvimento sustentável, na base de equilíbrio entre a população e as suas actividades e capacidade de conservação do meio ambiente; e para a "integração dos fenómenos" físicos e humanos, com especial incidência na síntese regional.

Ainda, torna-se imprescindível acrescentar que, sobre os problemas tecnológicos a NEPAD adianta que para melhor progresso tecnológico e para acabar com o gap tecnológico, é

também necessário um melhoramento à nível educacional da população rural com a pré-condição: combate ao HIV/ SIDA, que em alguns países está a dizimar a população com potencial idade para melhorar a tecnologia agrícola. E para Moçambique, o cumprimento disso é de capital importância. Dado que há fraqueza nas capacidades institucionais, requer-se novas capacidades tanto no sector público como no privado; isso chama prioridade para o investimento no capital humano (CAADP, 2003:3).

Daqui surgem as seguintes questões:

- a. **qual será a origem das tecnologias melhoradas?**
- b. **Quais são os mecanismos para a redução dos custos e dos riscos sobre a adopção das novas tecnologias?**

Segundo Loureiro (1991: 11) as grandes empresas (em termos relativos) devem ser as principais importadoras de tecnologias de ponta- capital intensivo-; e será elas a fornecer equipamento de trabalho intensivo às pequenas e médias empresas (PMEs), conquanto tendencialmente a curva de expansão destas últimas apresentem proporcionalmente mais capital que trabalho. Seria porém errado sob o ponto de vista de política tecnológica não criarmos à nível interno da economia mecanismos de interligação de GEs e PMEs, num processo profundamente simbiótico. Os níveis de tecnologias distintos dos dois tipos de empresas deverão convergir para níveis mais altos. Deveria pois, ser nas PMEs, fundamentalmente onde a gestão da endogeneidade tecnológica irá ganhar maior expressão nos próximos tempos.

Tanto as soluções (i) alternativas aqui acabadas de descrever e as descritas ao longo dos parágrafos anteriores, (ii) como as políticas da NEPAD, podem ser concretizadas se as acções dos países que pretendem adoptá-las forem coerentes aos objectivos pré-determinados pelas quais as mesmas soluções e políticas foram esboçadas. Assim, a coerência devia também ser um objectivo estratégico.

Coerência como um objectivo estratégico

Preocupa-se com a coerência porque, ela permite o melhor aproveitamento das potencialidades dos agentes, das instituições e permite coordenar esforços de modo a que se tenha uma política de direcção única, de modo que se reduzam os conflitos entre intervenientes e entre objectivos deste e os instrumentos de política económica. Para garantir a coerência torna-se imprescindível conhecer quais são as causas da incoerência. O desenvolvimento agrário sendo um processo social, político e histórico devia ser em si um processo coerente e precisa de uma gestão habilidosa e experiente.

A incoerência pode conduzir à mais conflitos entre políticas e pode anular o efeito desejado pela política numa variável definida como alvo. Por outro lado, a incoerência pode aumentar os custos sociais na medida em que o Estado pode fragmentar-se ainda mais se este for controlado por facções da sociedade.

A incoerência cria conflitos entre políticas, aumenta a fragmentação do Estado e seu controle por facções da sociedade, principalmente as mais poderosas em termos de capacidade de negociação e pode originar a instabilidade política e social.

Em síntese, a política agrária da NEPAD para o caso concreto de Moçambique, impõe a necessidade de fazer escolhas, e está limitada pela impossibilidade de fazer tudo, pelos obstáculos ligados aos problemas estruturais da economia. As instituições moçambicanas devem estar preparadas para garantir a coerência através da previsão, internalização de factores exógenos e através do controle e monitoria e avaliação da política agrária. Política agrária de Moçambique é parte da solução e parte do problema no processo de desenvolvimento agrícola.

Deve-se também considerar que a interacção entre os vários agentes, entre várias ligações e sistemas institucionais e contexto específico em que a política agrária é formulada e implementada, determina os tipos de problemas de coerência e coordenação a serem enfrentados.

O reconhecimento dos problemas e das relações que existem entre os diferentes agentes, as ligações sectoriais, os tipos de instituições e seus problemas e características determinam a

capacidade de coerência e coordenação da política agrária, tendo em conta o contexto específico e a influência de factores internacionais.

Assim, a NEPAD, tenciona mobilizar recursos domésticos e externos e estabelecer novas formas de parceria com as comunidades nacional e internacional. O financiamento da agricultura é baseado numa dualidade de pressupostos:

- **África incrementará o seu nível de investimento; e,**
- **Os parceiros externos virão futuramente e suportá-lá.**

Nesta base CAADP apresenta uma estimativa preliminar acerca do que é que África sozinha, poderá fornecer para o investimento deixando o resto a ser feito a nível internacional. Basicamente não há informação suficiente que se baseia em tais estimativas: estatísticas governamentais africanas sobre o investimento e fundos de maneio não foram ainda divulgadas por nenhuma agência. Estimativas gerais para África, do programa contra a fome feitas recentemente são montantes mínimos requeridos para a redução da fome através do desenvolvimento agrícola e exclui os custos de programas para promover o acesso directo à alimentação.

Dadas as necessidades especiais de África, especialmente África Subsahariana onde Moçambique se encontra situado, o programa contra fome fixa um montante mínimo de 4.6 biliões de dólares americanos por ano, como requisito adicional a ser alocado como os seguintes:

- 2.4 biliões de USD (52%)- Assistência Social para o Desenvolvimento Agrícola e Rural;
- 1.6 biliões de USD (35%)- fonte pública doméstica;
- 0.6 biliões (13%)- empréstimo não concessional.

Estas somas, ignoram os investimentos africanos do sector privado, que não são também bem documentados.

As assumpções feitas para os investimentos dos sectores público e privado africano estão na tabela 2 abaixo; e os níveis de fundos que resultam desse cenário são dados na tabela 3 abaixo.

Tabela 2: Possível cenário acerca dos Recursos Financeiros para a Agricultura no âmbito da NEPAD

Recurso de Investimento	Partilha do invest.total (%)			
	Actualmente (base estimada)	Futuro imed. (2002-2005)	Curto Prazo (2006-2010)	Médio Prazo (2011-2015)
Africa				
Recursos domésticos públicos	35	35	40	40
Recursos domésticos privados	n.a	5	10	15
Sub-total	35	40	50	55
Externos				
Assist. Concessional (Ajuda p/ o desenv.)	52	45	35	30
Emprést. não concessionais	13	10	10	5
Invest. Directo Estrangeiro (privado)	n.a	5	5	10
Sub-total	65	60	50	45
Total	100	100	100	100

Fonte: CAADP, 2003: 89

Tabela 3: Estimativa Grossa do Invest. por Recurso

Recurso de Invest.	Partilha do Invest. Tot.(%)			
	Futuro imediato: (2002-2005)	Curto prazo (2006-2010)	Médio prazo (2011-2015)	Total (2002-2015)
África				
Rec. Púb.Domést.	19.6	40	37	97.4
Recursos Privados Domésticos	2.8	10	14.2	27
Sub-total	22.4	50	52	104.4
Externos				
Assist. Concess. (Ajuda p/ o desenv.)	25.2	35	28.3	88.5
Emprést. não concess.	5.6	10	4.7	20.3
Invest. Directo Estrangeiro (privado)	2.8	5	9.5	17.3
Sub-total	33.6	50	42.5	126.1
Erros de ajustamentos				0.8
Total	56	100	94.5	251.3
Anual	14	20.1	18.9	17.9

Fonte: CAADP, 2003; página 89

Pode-se ainda notar que a partilha para o sector privado estrangeiro é essencialmente muito baixo devido à continuação de percepções sobre riscos elevados no continente. Pode-se notar que aqueles rácios dados são médias; na realidade, certas actividades como alívio à desastres naturais são inicialmente financiados por fundos externos.

Os outros investimentos comportam-se da seguinte forma:

Para o caso geral, a implementação do programa será levado à cabo ao nível regional em cooperação com as organizações económicas regionais e uniões e também à nível nacional. A NEPAD pode valorizar a acção nacional pela promoção de convergência de programas do país em direcção às prioridades complementares ou parciais. Isto irá facilitar os produtores a prevenir inadvertidamente o minar de cada um no mercado internacional, e em vez disso, colaborativamente conseguir obter uma partilha significativa de mercado para produtos seleccionados, nos quais a região pode ser competitiva.

Estimativas preliminares sugerem que os investimentos requeridos nas principais áreas de accção entre 2002 e 2015 estariam na ordem estimada abaixo na tabela 4.

Tabela 4: Areas prioritarias de acção e invest. estimados (biliões de USD)

Areas e applicações	Aplicação	Total (2002-2015)
Area 1:		
	*irrigacao e operações de manut.	31
	*melhoramento da gestão de terras	37
	Subtotal	68
Area 2:		
	*constr. e manut.de estradas rurais	62
	*melhoram. do acesso aos mercados	2.8
	*protecção de infra-estruturas	37
	Subtotal	101.8
Area 3:		
	*melhoramento da tecnologia, servicos e poliiticas	7.5
	*redes de emergência e de segurança	42
	Subtotal	49.5
Area 4:		
	*recuperação e manutencao dos custos de pesquisa	237.2

Fonte: CAADP, 2003:3

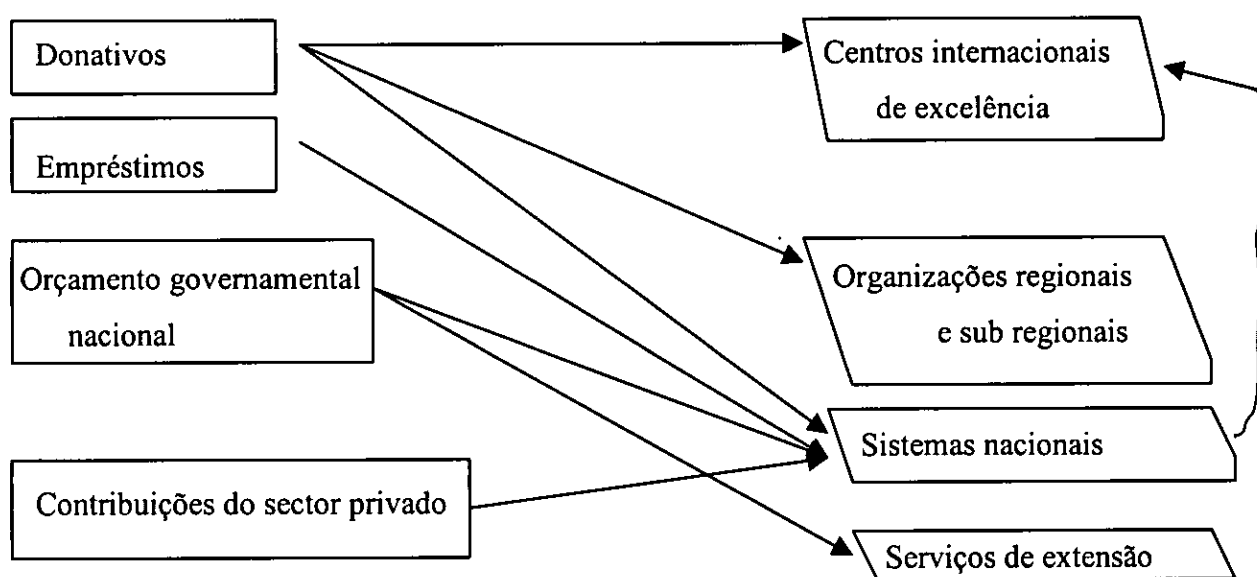
No quadro acima, pode-se verificar que o total de 237.2 biliões de USD na a última área de accção para o periodo 2002-2015, é correspondente à 17.9 biliões de USD. Este facto também mostra que a NEPAD está muito apostada nesta área.

Os 17.9 biliões de USD por ano é equivalente à 90% dos custos anuais de importações agrícolas africanas de perto de 19 biliões. A rede de segurança componente desse investimento inclui programas tais como alimentação escolar, e providenciar alimentos nutritivos para as crianças africanas pobres. Este cenário é mostrado na tabela 4 descrita anteriormente. (CAADP, 2003: 3)

Sobre a área referente à pesquisa e serviços de extensão, a NEPAD avança dois tipos de fundos nomeadamente **fluxo de fundos correntes e novos fundos**.

O fluxo de fundos correntes para a pesquisa e extensão estão representados esquematicamente na figura 1. Tais fundos operam em 4 níveis distintos através de fundos financeiros variados:

Figura 1. Fluxo de fundos correntes para pesquisa e serviços de extensão



Fonte: (CAADP, 2003: 69)

- (i) Instituições de pesquisa agrícola internacional- os fundos virão das instituições operando em África, através mecanismos de donativos. Os mecanismos de donativos podem ser: (1) mecanismos de donativos das multinacionais não competitivas; (2) mecanismo de donativos regionais competitivos através dos quais, projectos são seleccionados competitivamente na base do mérito científico (isso aplica para programas fundados pela União Europeia (UE)); e (3) mecanismos de donativos nacionais para suportar instituições académicas

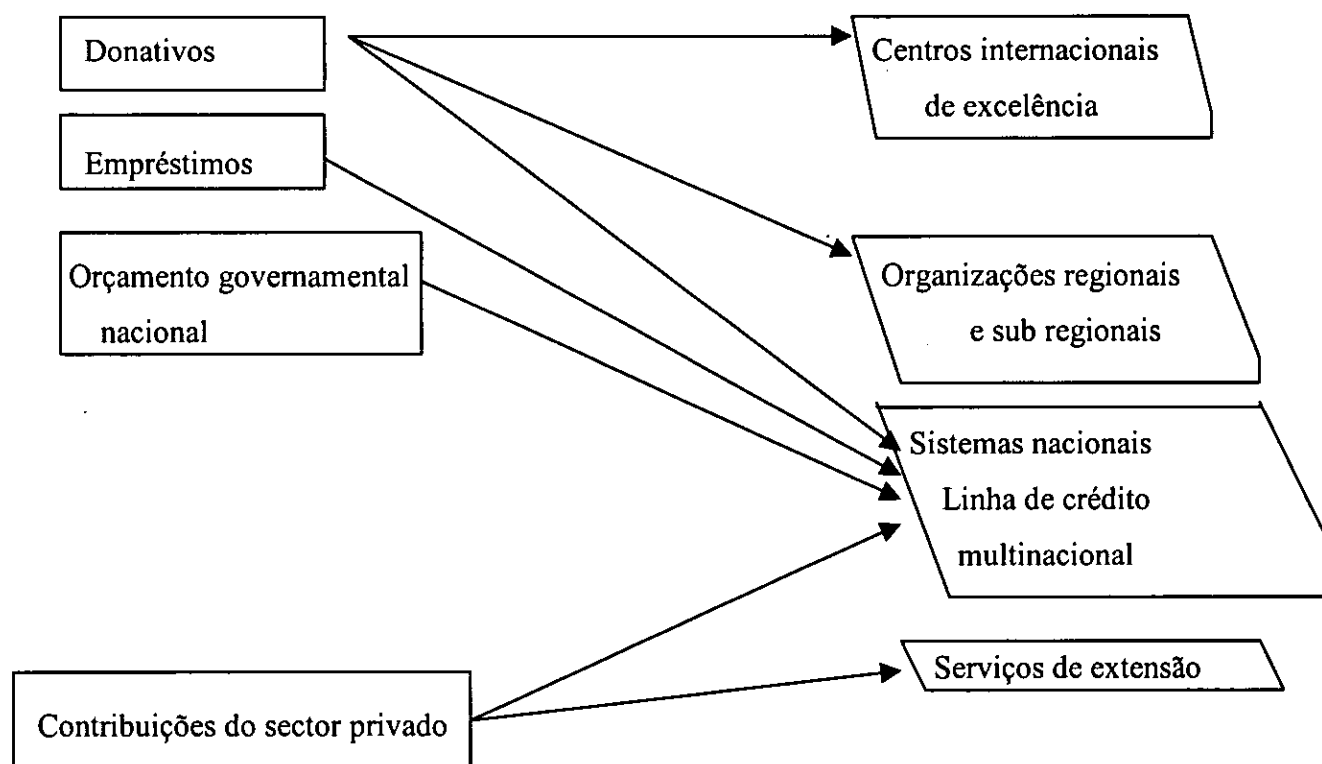
avançadas e de pesquisa. O Banco Mundial é um dos financiadores dos donativos.

- (ii) Organizações Regionais e Sub regionais- os fundos virão de doadores bilaterais e multilaterais.
- (iii) Sistemas de Pesquisa Agrícola Internacional- os fundos das instituições financeiras e programas virão de empréstimos, donativos de doadores e alocações orçamentais do governo. Empréstimo do Banco Mundial é a fonte de fundos para muitos países.
- (iv) Serviços de extensão- muitos fundos virão das alocações orçamentais do governo.

O propósito dos novos fundos está representado na figura 2, que é promover o sistema de pesquisa que é eficiente, efectivo e rápido, e o impacto difundido na produtividade agrícola. Isso será alcançado dando aos agricultores, agribusinesses e outros clientes, o papel no sistema de capitalização de fundos e governação.

Tem como objectivos: incrementar o nível e estabilidade da capitalização de fundos para a pesquisa agrícola à nível internacional, regional, sub regional e nacional; alcançar um melhor balanço na alocação de recursos para fortalecer o Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola (as fracas ligações dos sistemas de pesquisa e desenvolvimento); encorajar reformas institucionais que incrementarão o impacto da pesquisa, inclusive a integração regional de programas em três regiões agro geopolíticas da África subsahariana e através de uma parceria forte das instituições académicas avançadas e de pesquisa.

Figura 2. Fluxo de capitalização novos fundos para pesquisa e serviços de extensão



Fonte: (CAADP, 2003: 69)

Suas componentes dos fundos em descrição são:

- (i) Instituições de pesquisa nacional- seus fundos virão: das alocações orçamentais nacionais e contratos de pesquisa; donativos de doadores e empréstimos.
- (ii) Organizações sub regionais- os fundos virão de donativos e fundos para a organização sub regional.
- (iii) Instituições de pesquisa agrícola internacional- os fundos virão dos doadores.
- (iv) Serviços de extensão- os fundos virão de alocações orçamentais governamentais e firmas privadas (CAADP, 2003: 68-69).

Para o caso concreto de Moçambique, ainda nota-se no âmbito de investimentos, diferentes fontes de financiamento, dentre as quais a ajuda externa e a opção pelo Investimento Directo Estrangeiro (IDE), que, apesar de ser uma oportunidade para o desenvolvimento, pode ter resultados negativos.

Moçambique tem tido défice na balança comercial, uma das causas que afecta negativamente a balança de pagamentos. Tem-se usado muitas vezes a estratégia de cobrir as importações através do investimento externo (PNUD, 1998: 63-64).

O IDE pode aumentar o défice comercial na medida em que este é direccionado para o financiamento do que é importado pelos projectos de investimento. Por exemplo, muitos pequenos projectos financiados pelo IDE nalgumas vezes não produzem produtos para a exportação e quando produzem, usam tecnologias de capital intensivo. Desta feita, se se associarem muitos projectos aos métodos de trabalho intensivos, os investidores nacionais ficarão afastados, sobretudo quando haver taxas de juro altas. Isto não quer dizer que a opção pelo IDE não é desejável. Desejável é para as fases iniciais de desenvolvimento, e a longo prazo é necessário criar mecanismos para colmatar a dependência desta fonte de financiamento dos investimentos.

Torna-se importante considerar que a entrada de recursos externos dá-se nas condições de taxas de juro altas, porque nesta altura, o Governo não dispõe de potencial que contrarie o excesso da procura que o capital estrangeiro gera.

Em síntese, o investimento externo não pode ser considerado como um elemento que substitui a poupança interna pois, traria inflação, distorção das taxas de câmbio, o que seria desfavorável à mobilização da poupança externa nas condições que prevalecem no mercado.

Segundo Mazula (1995: 605) ajuda externa pode desencorajar e substituir a produção nacional, e exercer enorme pressão sobre a alocação dos recursos escassos na economia, gerando mais ineficiência e aumentando o défice desses recursos.

Por exemplo, a ajuda amarrada orientada para a expansão da capacidade produtiva pode agravar o défice da poupança doméstica e da moeda externa, se a economia for igualmente dependente da importação de bens de capital circulante.

Para a NEPAD, assumpção geral dada, sugere que a África poderia progressivamente incrementar a sua contribuição doméstica para o investimento agrícola, numa base corrente

estimada em cerca de 35% à 55% para 2015 (CAADP, 2003: 4), (isto é mostrado nas tabelas 1-4). Poder-se-ia notar que a partilha de África cobre tanto fundos públicos como privados. Para alcançar o referido incremento na prática África requererá uma inserção deliberada das alocações da NEPAD nos agrupamentos orçamentais nacionais e regionais; o mais importante seria também a coerência das políticas que podem fazer investimentos agrícolas atractivos tanto para o sector privado como para o capital internacional.

VI. Conclusões

A elaboração do presente trabalho de licenciatura urge na medida em que se observou que a opção pela estratégia da NEPAD é boa e bem vinda, e que a implementação dos seus programas da NEPAD em Moçambique, descritas na secção sobre as áreas prioritárias de acção no âmbito da agricultura, encontraria certos obstáculos, que para eliminá-los seria necessário tomar uma atenção especial.

Esses obstáculos manifestam-se pela existência de problemas estruturais e de longo prazo de que Moçambique enferma. Daí resulta como consequência que muitos programas não vão de acordo com as características económicas do país.

A condução da pesquisa permitiu a confirmação da hipótese inicialmente formulada, no sentido de que os obstáculos que a NEPAD encontraria, estão associados aos factores que influenciam a economia do país, nomeadamente a estratégia de acumulação de capital muito assente na exploração do campesinato, facto que não incentiva o desenvolvimento; a fragilidade das ligações inter e intra sectoriais; diferenciação social profunda; a fraca capacidade institucional, humana e tecnológica; o baixo nível de rendimento e a grande desigualdade na sua distribuição.

Do ponto de vista da hierarquização da categoria dos obstáculos, as políticas económicas adoptadas desde que o país ascendeu a sua independência no ano de 1975 até então, mostraram ser principais responsáveis pelo fraco desempenho da economia.

A compreensão da manifestação desses problemas e o seu reflexo na estrutura da agricultura em Moçambique, passou pela análise da sua evolução histórica.

Nessa análise, foram identificadas duas fases: a fase do PPI datado de 1975 à 1986 é a fase do PRE/S datado de 1987. A fase do PPI foi caracterizada por um programa que tinha como objectivo recuperar (em apenas dez anos) as crises herdadas do colonialismo

português e o PRES visava reparar os erros do PPI e recuperar os índices de produção e exportação de 1981. O PPI e o PRE não foram capazes de dar resposta aos problemas estruturais da economia. Estas estratégias de desenvolvimento foram desenhadas como resposta a necessidade de introduzir mudanças rápidas e repentinas, à pressão de crises estruturais graves e dos doadores dominantes de cada época. Assim, o PPI concentrou-se no rápido crescimento da capacidade produtiva e o PRE na estabilização económica dando pouca consideração as causas do atraso económico e da instabilidade económica e dos constrangimentos impostos pelo estado da economia.

E muitos desses problemas estruturais prevaleceram até então, altura em que Moçambique pretende seriamente adoptar a estratégia de desenvolvimento da NEPAD.

Mais do que encontrar soluções acabadas, o presente trabalho pretendeu levantar e citar problemas e questões, e sempre que possível, sugerir caminhos para a resolução dos mesmos pois, a situação, pode agravar ainda mais, sempre que existir filosofias de desenvolvimento que ignoram estes problemas. Daí que é preciso reconhecer que não há milagres para resolver os problemas da economia do país, não há solução que seja única e muito veloz para tirar o país da crise.

Portanto filosofias demasiado velozes numa circunstância em que a economia é acompanhada de graves constrangimentos institucionais, podem originar a dependência externa e pôr de lado, muitos sectores sociais e do ponto de vista da estabilidade nacional, este facto não traz nenhum contributo. Portanto, há que atacar as causas dos problemas principais da economia do país e não os efeitos pois, a crise sempre existirá enquanto não se resolver os problemas principais.

Sendo assim, a estratégia agrária nacional é desafiada a ser capaz de, usando os instrumentos ao seu dispor, ajudar a economia nacional a integrar-se mais activamente e tirar vantagens da economia internacional.

As vantagens ou desvantagens que podem advir da implementação das políticas da NEPAD para o desenvolvimento agrário nacional pretendido, dependem da capacidade do Estado moçambicano de agir proactivamente no sentido de negociar com os interesses internacionais tendo em vista o fortalecimento da capacidade doméstica e da sua competitividade internacional.

VI. Recomendações

No ataque às causas do problema e não os efeitos, para o caso concreto de Moçambique, é necessário que a estratégia de desenvolvimento da NEPAD identifique quais são os factores sócio-económicos determinantes da actual estrutura subdesenvolvida da economia, e como é que tais factores podem ser transformados para libertarem as capacidades das forças produtivas sociais e promoverem o desenvolvimento, ao invés de constringirem ou distorcerem.

Portanto, a função principal da estratégia de desenvolvimento da NEPAD seria identificar soluções e recursos para mobilizar e enquadrar as massivas capacidades nacionais, normalmente marginalizadas (os camponeses), e enquadrar o investimento directo estrangeiro e restante investimento empresarial no contexto da transformação da base de acumulação empresarial. Nenhuma forma de investimento, tecnologia, distribuição de rendimento e actividade económica, em geral é socialmente neutra, pelo que é necessário coordená-las no quadro das políticas de desenvolvimento em que, claramente os centros e bases de acumulação económica priorizem a transformação dos camponeses e desenvolvimento rural e beneficiar a economia como um todo.

Ainda, o Governo Moçambicano devia fortalecer a criação de parcerias com o sector privado para trazer a sustentabilidade, eficiência e eficácia do que a NEPAD programou. Não basta que o Governo implemente bem a política económica da NEPAD, para que esta produza resultados eficazes e eficientes, se outros agentes não tiverem informações sobre a política a ser implementada e sobre os objectivos com ela pretendidos, a política pode tomar outras direcções que não aquela desejada. Mas, a informação não é tudo, devem existir capacidades tanto para o processamento da informação como para formulação e implementação clara da política.

É neste contexto que o Governo de Moçambique devia enquadrar os partidos políticos nos debates sobre a NEPAD porque os partidos tencionam estar em frente da economia do país e estes a partir de já, devem deixar de mentalizar que a qualquer estratégia nacional de desenvolvimento é negócio do partido no poder. E qualquer outra organização quer seja religiosa, quer seja académica (onde se pode buscar as capacidades humanas) deve estar contida nos debates sobre a NEPAD.

VIII.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azam, J-P., and Meleu, M.1999. *Institutions, Governance and Political Economy of Development in SSA*. Journal of Arican Economy. AERC. Volume 8.Supl 1. Oxford University Press: Oxford.
- Branco, C. N.C 2002. *An investigation into the political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished Phd Thesis. University of London (School of Oriental and African Studies, SOAS): London.
- Chang, H-J.1996. *The Political Economy of Industial Policy*. McmILLAN: London.
- Chang, H-J and R. Rowthorn (eds).1995. *The Role of the State in Economic Development*. Clarendon Press: Oxford.
- Coscione, S. 1994. *Política Económica: Textos de Apoio para o ensino*. Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane: Maputo.
- DNA, 1999: Recursos Hídricos em Mocambique e seu uso; Maputo, Moçambique.
- Evans, P. Et al. (eds) 1985. *Bringing The State Back In*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Généraux, J. 1995. *Introdução à Política Económica*. Editora Estampa. Lisboa.
- Jomo K.S, G. Felker and R. Rasiyah (eds) 1999. *Industrial Tecnology Development in Malaysia- Industries and Firm studies*. Routledge: London and New York.
- Jonson, C. 1992. *MITI and the japanese Miracle- the growth of industrial policy, 1925-1975*. Stanford University Press: Stanford.
- Karshenas, M. 1995. *Industrialization and Agricultural Surplus- a comparative stud of economic development in Asia*. Oxford University Press: Oxford.
- Kumar, N. And S. S. Siddarthan.1997. *Tecnology, Merket Structure and Internalization- issues and policies for development countries*. Routledge and UNU Press: London and New York.
- Langa, Estêvão Machado, 2001. *Os Determinantes da Sub-utilização dos Sistemas de Irrigação em Moçambique. Breve Análise dos Aspectos Institucionais*.
- Loureiro, José Dias, 1991. *Tecnologia: Contributo Teórico para a Definição de uma política Técnológica em Mocambique*.
- Mazula, B. 1995. *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*; Maputo.

- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), 2000: *Extensão Rural-Moçambique*; Maputo.
- Ministério do Plano e Finanças, 2002: "A Economia Moçambicana Contemporânea". Gabinete de Estudos; Moçambique.
- Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), 1997: *Moçambique: Boletim informativo sobre Questões do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável*. Número 14.
- Mucavel, Firmino 2002: *A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África*. Documento apresentado no Seminário do PNUD para o debate do dia 11 de Setembro de 2002; Maputo, Moçambique.
- PNUD, 1998: *Paz e Crescimento Económico. Oportunidades para o desenvolvimento humano*. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano; Maputo, Moçambique.
- PNUD, 1999: *Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano: Progresso, obstáculos e desafios*. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano; Maputo, Moçambique.
- PNUD, 2000: *Educação e desenvolvimento humano: Percurso, lições e desafios para o século XXI*. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano; Maputo, Moçambique.
- PNUD, 2001: *Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano; Maputo, Moçambique.
- Sachs, J. D. And Larrian, F. 2000. *Macroeconomia – em uma economia global*. Mkron Books: são Paulo.
- SADC TODAY, 2004 Vol.7 nº1 (Abril): *SADC apresenta um plano histórico de combate à pobreza*. Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC).
- SADC TODAY, 2004 Vol.7 nº 2 (Junho): *Dar es Salaam Declaration contains pro-active strategy for regional food security*. Southern Africa Research and Documentation Centre (SARDC).
- Santos, T. e Barka, 2003: *Geografia Física e Económica. Manual da 10ª classe*, Porto Editora.
- Wade, Robert. 1996. *Resolving the State Market Dilems in East Asia*, in Chang, H-J, and Rowthorn (eds). 1995. *The Role of the State in Economic Development*.
- Wuyts, M., Mackintosh, M. And T. Hewitt (eds), 1992. *Development Policy and Public Action*. Oxford University Press and The Open University: Oxford and Milton Keynes.

Anexo 1

Factores que influenciam a agricultura

1. Clima

O factor climático é o dos mais importantes condicionantes da actividade agrícola no país.

São principais elementos do clima os seguintes:

a) **Temperatura:** o nível de calor, a duração e intensidade da luz solar afectam em certa medida a maturidade das colheitas. Culturas de subsistência como por exemplo o milho, a mapira e o arroz, e de rendimento como o algodão, o tabaco e o girassol, requerem condições típicas de verão onde os valores dos componentes acima são os mais elevados, acima dos 25 graus centígrados.

b) Humidade

A humidade atmosférica ou o solo é essencial para o crescimento das culturas, não apenas em termos de quantidade como também o seu nível de distribuição ao longo do ano, as taxas de evaporação e as condições de humidade relativa nos períodos de sementeira, crescimento e colheita. Ilustra esta situação o caso de arroz que é semeado e se desenvolve na época chuvosa sobretudo nas zonas mais húmidas da faixa costeira, contrariamente ao caso da mandioca que é uma cultura resistente à seca, sendo por conseguinte cultivada mesmo nas zonas de baixo índice pluviométrico.

c) Topografia

As terras altas são intensamente trabalhadas por serem de fácil cultivo, facto que leva à grande concentração da população. É o caso das planícies costeiras, dos vales dos rios e bacias hidrográficas. Se por um lado essas terras são propícias para a cultura do arroz, por outro lado não são adequadas para o cultivo do chá que se pratica nas terras altas (planaltos) da Zambézia. Este elemento deve também ser considerado em estreita relação com a temperatura. Uma vez que a temperatura varia na razão inversa da topografia, as terras mais altas com o seu clima mais ameno propicia o cultivo de culturas como o trigo, o

milho dentre várias outras que ainda não são cultivadas apesar de possuímos condições agro- climáticas favoráveis para o efeito.

d) Solos

Os solos são compostos por uma variedade de minerais e de substâncias orgânicas. Considerando que a variedade dos solos quanto à sua composição física e química está estreitamente ligada ao clima e à cobertura vegetal, a sua aptidão para o cultivo de diferentes tipos de culturas varia significativamente. Em Moçambique, os solos mais adequados à culturas, quer alimentares como de rendimento, encontram-se sobretudo nas zonas centro e norte que coincidem com os elementos climáticos acima referidos (Santos, T. e Barka, A. 2003:81).

